



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS - DCHT
CAMPUS XVII – CURSO DE PEDAGOGIA
BOM JESUS DA LAPA

ADRIELE DE SOUZA SANTOS

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PRODUÇÕES DISPONÍVEIS NO
PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES PRODUZIDOS NO PERÍODO DE 2015 A
2023**

Bom Jesus da Lapa - BA
2025

ADRIELE DE SOUZA SANTOS

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PRODUÇÕES DISPONÍVEIS NO
PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES PRODUZIDOS NO PERÍODO DE 2015 A
2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

ORIENTADOR: Prof. M^a. Gisele Ferreira de Amorim

Bom Jesus da Lapa – BA
2025

ADRIELE DE SOUZA SANTOS

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PRODUÇÕES DISPONÍVEIS NO
PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES PRODUZIDOS NO PERÍODO DE 2015 A
2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Aprovado em: 04 de Setembro de 2025.

Banca Avaliadora:

Gisele Ferreira de Amorim – Orientador
Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED/UESB
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Elvina Perpétua Ramos Almeida – Convidada
Doutora em Educação Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Edna Souza Moreira - Coordenadora de TCC
Doutora em Educação Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

AGRADECIMENTOS

Ao olhar para minha trajetória até aqui, meu coração se enche de gratidão. Iniciei essa caminhada acadêmica em 2019.1 com muitos sonhos, medos e responsabilidades. Sou filha de uma mulher guerreira, uma professora que trilhou seu caminho com extrema coragem. Mesmo tendo se tornado mãe muito jovem, ela nunca desistiu de lutar por seus objetivos. Minha mãe, por sua vez, é filha de uma mulher analfabeta, minha avó que, mesmo sem acesso à educação formal, sempre compreendeu o valor do conhecimento e plantou em nossa família a semente da persistência. Como filha mais velha, busquei seguir os passos de minha mãe, não apenas como um espelho, mas como um legado que carrego com orgulho.

A cada etapa desse percurso, enfrentei desafios que exigiram resiliência, mas também encontrei pessoas que foram fundamentais. Por isso, registro aqui meu mais sincero agradecimento à minha orientadora, professora Gisele de Amorim, por sua paciência, orientação generosa e por acreditar no potencial deste trabalho desde o início. Seu acompanhamento foi essencial para que eu pudesse concluir esta pesquisa com segurança e profundidade.

Estendo também minha gratidão à professora Edna, responsável pela disciplina e pelo incentivo constante, e aos avaliadores convidados, que gentilmente se dispuseram a contribuir com suas leituras e reflexões sobre este trabalho.

Agradeço, de maneira especial, à Universidade do Estado da Bahia UNEB – DCHT XVII, por ter sido o espaço que acolheu minha formação, ampliou minha visão de mundo e fortaleceu minha identidade como educadora e pesquisadora. A UNEB é muito mais que um espaço físico: é um território de resistência, diversidade e transformação, que marca profundamente todos que por ela passam.

Este TCC tem como tema “Alfabetização e Letramento nas Produções Disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES Produzidos no Período de 2015 a 2023”. Ele representa não só uma etapa acadêmica cumprida, mas a realização de um sonho cultivado por gerações de mulheres da minha família cada uma à sua maneira contribuindo para que o conhecimento fosse possível, acessado e valorizado.

Por fim, dedico este trabalho aos futuros estudantes, pesquisadores e pesquisadoras que trilharão o caminho da alfabetização e do letramento. Que este trabalho possa servir de inspiração, base ou provocação. Que vocês sigam acreditando na potência transformadora da

educação e, sobretudo, no compromisso com uma prática docente crítica, sensível e comprometida com o direito de todos ao saber.

A todos e todas que fizeram parte desta jornada: minha eterna gratidão.

EPIGRAFE

Esse alfabetizar letrando, ou letrar alfabetizando, pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita, é, sem dúvida, o caminho para a superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta, como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando em fracasso, esse reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo e competente ao mundo da escrita. (Soares, 2003, p. 100)

RESUMO

Diante dos desafios históricos e contemporâneos enfrentados pela educação brasileira no campo da leitura e da escrita, a presente produção acadêmica contribui para o debate sobre alfabetização e letramento a partir das análises realizadas nas produções acadêmicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES. Nesse sentido, a presente monografia tem como objetivo geral analisar o que as produções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, publicadas entre os anos de 2015 e 2023, revelam sobre as concepções, abordagens e contribuições teóricas e metodológicas relativas à alfabetização e ao letramento. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada na base de periódicos da CAPES, utilizando os descritores “alfabetização” e “letramento”, com filtros que delimitaram o idioma português, o período de 2015 a 2023 e a seleção de artigos revisados por pares. Do total de 40 resultados iniciais, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 16 artigos foram selecionados para análise. Os resultados evidenciam que as produções abordam majoritariamente a alfabetização em articulação com o letramento, destacando a centralidade de práticas pedagógicas significativas, a importância da formação docente e os desafios impostos por políticas públicas nem sempre alinhadas aos referenciais críticos e socioculturais. Conclui-se que, embora haja avanços teóricos e metodológicos relevantes, persistem lacunas quanto à efetiva implementação de práticas alfabetizadoras contextualizadas e emancipadoras nas escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Formação docente. Políticas públicas.

ABSTRACT

Given the historical and contemporary challenges facing Brazilian education in the field of reading and writing, this academic work contributes to the debate on literacy and literacy based on analyses of academic publications available on the CAPES Journals Portal. In this sense, the general objective of this monograph is to analyze what the publications available on the CAPES Journals Portal, published between 2015 and 2023, reveal about the conceptions, approaches, and theoretical and methodological contributions related to literacy and literacy. This is qualitative, bibliographical research, developed through an integrative literature review. The search was conducted in the CAPES journals database, using the descriptors "alfabetização" and "letramento," with filters that delimited the Portuguese language, the period from 2015 to 2023, and the selection of peer-reviewed articles. Of the 40 initial results, after applying the inclusion and exclusion criteria, 16 articles were selected for analysis. The results show that the papers primarily address literacy in conjunction with literacy, highlighting the centrality of meaningful pedagogical practices, the importance of teacher training, and the challenges posed by public policies that are not always aligned with critical and sociocultural frameworks. The conclusion is that, although there have been significant theoretical and methodological advances, gaps remain regarding the effective implementation of contextualized and emancipatory literacy practices in Brazilian public schools.

Keywords: Literacy. Critical literacy. Pedagogical practice. Teacher training. Basic education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

PNA – Plano Nacional de Alfabetização

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Ficha de pesquisa da revisão integrativa da literatura: Alfabetização e letramento nas produções disponíveis no portal de Periódicos da CAPES produzidas no período de 2015 a 2023	24
Quadro 2	Caracterização dos estudos selecionados	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
2 HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	8
2.1 O conceito de alfabetização.....	12
2.2 Alfabetização e Letramento	16
3 PERCURSO METODOLÓGICO	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
4.1 As Concepções de Alfabetização e Letramento nas Produções Acadêmicas de 2015 a 2023 no Portal de Periódicos da CAPES	29
4.2 As principais abordagens teóricas, metodologias de alfabetização e tendências sobre o processo de Alfabetização e Letramento presentes nas produções analisadas.....	33
4.3 As contribuições, lacunas e perspectivas futuras indicadas pelas pesquisas sobre alfabetização e letramento.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre alfabetização e letramento ganharam centralidade nas pesquisas educacionais brasileiras, sobretudo a partir das contribuições de Soares (2003), que distingue alfabetização, o domínio do sistema alfabético, de letramento, compreendido como o uso social da leitura e da escrita.

A alfabetização no Brasil tem apresentado avanços significativos nos últimos anos. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, 93,0% da população com 15 anos ou mais sabia ler e escrever, representando uma taxa de analfabetismo de 7,0% (IBGE, 2023a). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2023 mostrou nova queda, com a taxa de analfabetismo atingindo 5,4%, o menor índice desde 2016. Ainda assim, cerca de 9,3 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais permanecem analfabetos, sendo que a maior concentração está entre os idosos (15,4%) e entre pessoas pretas e pardas, cuja taxa é mais que o dobro da registrada entre brancos (IBGE, 2023b).

Na Bahia, a situação da alfabetização apresenta desafios ainda mais críticos. Segundo o Ministério da Educação (2024a), apenas 37% das crianças estão alfabetizadas na idade adequada no estado, percentual inferior à média nacional de 56%. Além disso, a Bahia lidera o número absoluto de pessoas analfabetas no país, com aproximadamente 1,21 milhão de adultos não alfabetizados (BNEWS, 2024). Embora tenha ocorrido uma redução de 16,6% para 12,6% na taxa de analfabetismo entre 2010 e 2022, a Bahia ainda ocupa o oitavo lugar entre os estados com maior índice de analfabetismo (BAHIA.BA, 2024). Iniciativas como o Projeto Paulo Freire têm contribuído para diminuir esses índices, especialmente entre os idosos, mas os dados demonstram que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Diante desse cenário, o desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado para a análise das produções acadêmicas sobre alfabetização e letramento, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES entre 2015 e 2023, mostra-se de grande relevância. Ao investigar as abordagens e metodologias apresentadas nas pesquisas científicas desse período, é possível compreender quais práticas têm se mostrado eficazes no enfrentamento do analfabetismo e como a ciência tem contribuído para a formulação de políticas públicas educacionais. Essa análise ganha especial importância frente aos desafios enfrentados por estados como a Bahia, onde os índices ainda estão aquém do desejado. Assim, o presente TCC pode não apenas oferecer um panorama do conhecimento produzido, como também contribuir para a proposição de alternativas fundamentadas na literatura especializada.

Segundo Soares (2004), é preciso superar a visão de que alfabetização e letramento são etapas separadas e compreender que ambos os processos devem ser trabalhados de forma integrada desde o início da escolarização, a fim de garantir que os alunos não apenas decodifiquem, mas também compreendam e usem a linguagem escrita em práticas sociais significativas.

A alfabetização, entendida tradicionalmente como o processo de aquisição do sistema alfabético da escrita, vai além da simples decodificação de letras e sons. De acordo com Ferreiro (1989), o processo de alfabetização é construído ativamente pela criança, que formula hipóteses sobre o funcionamento da linguagem escrita. Essa perspectiva rompe com a concepção mecanicista e sequencial do ensino da leitura e escrita, reconhecendo a criança como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Ferreiro e Teberosky (1989), em *Psicogênese da Língua Escrita*, demonstram que a alfabetização deve respeitar os estágios cognitivos e linguísticos da criança, favorecendo um aprendizado significativo e funcional.

Já o conceito de letramento refere-se ao uso social da linguagem escrita, envolvendo práticas de leitura e escrita inseridas em contextos reais e culturais. Magda Soares (2003) define letramento como o conjunto de práticas sociais que envolvem a língua escrita, indo além do domínio técnico do código. Em sua obra *Alfabetização e Letramento*, a autora enfatiza que uma pessoa pode ser alfabetizada sem estar letrada, caso domine a leitura e a escrita apenas em nível mecânico, sem compreender seus usos sociais. Assim, o letramento abrange a capacidade de interpretar, produzir e utilizar textos em situações diversas, contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

A indissociabilidade entre alfabetização e letramento constitui hoje uma perspectiva amplamente defendida por pesquisadores e políticas públicas. Soares (2004) argumenta que os dois processos devem ser trabalhados de forma integrada desde os primeiros anos escolares, garantindo que as crianças aprendam a ler e escrever ao mesmo tempo em que compreendem os usos e funções da linguagem escrita na sociedade. Tal abordagem evita práticas reducionistas e promove uma educação mais crítica, dialógica e significativa. Além disso, documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforçam a importância de práticas pedagógicas que articulem a aprendizagem do sistema alfabético com o uso social da linguagem desde os anos iniciais do Ensino Fundamental.

No contexto dessa evolução conceitual, as produções acadêmicas publicadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2015 e 2023 revelam um movimento importante de consolidação teórica e metodológica. Diversos estudos têm apontado para a relevância de compreender a alfabetização e o letramento

como dimensões interdependentes e indissociáveis do ensino da linguagem escrita, valorizando o papel ativo da criança no processo e a mediação docente como elemento central para o sucesso educativo. Essas pesquisas também problematizam políticas públicas, práticas escolares e a formação docente diante dos desafios contemporâneos da educação básica.

Neste trabalho, realizamos uma análise das produções acadêmicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, cujas contribuições têm se mostrado relevantes para o campo educacional. Adotando uma abordagem qualitativa, buscamos identificar e discutir as principais concepções de alfabetização e letramento presentes nas publicações mais recentes. O objetivo é evidenciar os pontos de convergência entre os estudos, os avanços teóricos alcançados e as implicações dessas discussões para a prática docente e para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Diante do exposto, o interesse pelo tema se deu durante minha formação no curso de Pedagogia, especialmente por meio das experiências proporcionadas pelo estágio supervisionado no Ensino Fundamental, pude observar de forma direta que muitas práticas pedagógicas voltadas à alfabetização ainda se limitam à decodificação e memorização mecânica de letras e palavras. Essa constatação despertou o interesse em aprofundar a compreensão teórica e crítica sobre o tema, por meio de uma abordagem mais sistematizada e respaldada academicamente. Diante disso, optei por desenvolver uma pesquisa de natureza documental, com enfoque qualitativo, a partir da análise de produções acadêmicas disponíveis no portal de Periódicos da CAPES, considerando o recorte temporal de 2015 a 2023. O objetivo geral deste trabalho é analisar o que as produções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, publicadas entre 2015 e 2023, revelam sobre as concepções, abordagens e contribuições teóricas e metodológicas relativas à alfabetização e ao letramento. A experiência prática vivenciada em sala de aula mostrou-se essencial para o delineamento da pesquisa, ao evidenciar a necessidade de repensar as metodologias utilizadas no processo alfabetizador, de modo a promover aprendizagens mais significativas, críticas e contextualizadas para os estudantes.

Dessa forma, este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico sobre Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, elucidando as inter-relações entre as práticas de alfabetização, o desenvolvimento do letramento e os desafios enfrentados na educação brasileira. A pesquisa não se limita apenas a descrever as concepções existentes, mas também propõe uma análise crítica sobre como essas visões influenciam as metodologias de ensino, a formação de professores e as políticas educacionais implementadas. Ao final, espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam servir como um guia para

educadores, pesquisadores e formuladores de políticas, promovendo uma abordagem mais integrada e eficaz em relação ao ensino da leitura e da escrita.

Além disso, este estudo busca incentivar a reflexão sobre a importância de um letramento crítico, que não apenas capacite os alunos a ler e escrever, mas que os prepare para interpretar e agir no mundo que os cerca. A compreensão das práticas de alfabetização e letramento deve ir além do domínio técnico da língua, englobando aspectos sociais, culturais e políticos que moldam a experiência educativa. Dessa maneira, a análise das produções acadêmicas disponibilizadas no Portal de Periódicos da CAPES poderá revelar não apenas as concepções vigentes, mas também as lacunas e as necessidades que devem ser abordadas para o avanço das práticas pedagógicas no Brasil.

Tomando como base o exposto acima, para realizar a pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa. A metodologia consistiu em discussões e leituras a partir de uma revisão sistemática da literatura científica sobre práticas de alfabetização e letramento, com foco nas produções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES. Esse tipo de pesquisa permite identificar, organizar e analisar o conhecimento acumulado sobre o tema, favorecendo uma compreensão crítica das abordagens utilizadas nos estudos acadêmicos entre os anos de 2015 a 2023.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por possibilitar uma compreensão aprofundada dos significados e interpretações atribuídos aos fenômenos relacionados à alfabetização e ao letramento no contexto educacional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, centrada na análise de textos acadêmicos e científicos, com o objetivo de examinar como os conceitos de alfabetização e letramento são concebidos, discutidos e aplicados nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas educacionais. A pesquisa bibliográfica, enquanto técnica metodológica, permite identificar regularidades, contradições e tendências teóricas nos discursos presentes na literatura especializada, contribuindo para uma leitura crítica das concepções que orientam a formação docente e a atuação pedagógica no campo da alfabetização. Além disso, o tema fomenta o desenvolvimento de novas pesquisas, permitindo reflexões críticas sobre práticas educativas e contribuindo para o avanço da produção acadêmica. Ao explorar produções recentes, contextualizadas no período de 2015 a 2023, é possível identificar tendências, lacunas e inovações que impactam diretamente a qualidade do ensino.

Neste trabalho, temos como objetivo geral analisar o que as produções disponíveis no portal de Periódicos da CAPES produzidas no período de 2015 a 2023 dizem sobre alfabetização e letramento. A questão central que orienta esta pesquisa é: O que revelam as produções publicadas entre 2015 e 2023 no Portal de Periódicos da CAPES sobre as

concepções, abordagens e contribuições teóricas e metodológicas relativas à alfabetização e ao letramento? Como objetivo geral, buscamos analisar criticamente os estudos publicados nesse intervalo temporal, com foco nas concepções e tendências relacionadas à alfabetização e ao letramento. Para isso, definimos os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar as concepções de alfabetização e letramento presentes nas produções acadêmicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES entre 2015 e 2023; 2) Identificar as principais abordagens teóricas e metodológicas, bem como as tendências de pesquisa sobre alfabetização e letramento evidenciadas nas publicações analisadas; 3) Investigar as contribuições, lacunas e perspectivas futuras apontadas pelas pesquisas, com vistas a compreender os impactos e desdobramentos para a prática docente e a formação de professores.

O Portal de Periódicos (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. O portal de Periódicos da CAPES é uma fonte rica de produções acadêmicas, incluindo artigos, teses e dissertações, que abordam diversas áreas do conhecimento. No contexto da alfabetização e letramento, essas produções oferecem uma visão abrangente das concepções e práticas educacionais ao longo do tempo.

Ao analisar as produções disponíveis nesse período (2015-2023), é possível identificar tendências, mudanças e desafios enfrentados na área da alfabetização e letramento. A diversidade de perspectivas presentes nessas publicações contribui para uma compreensão mais ampla das concepções teóricas e práticas pedagógicas adotadas nesse campo.

Na fundamentação teórica apresentamos a discussão dos conceitos de alfabetização e letramento, bem como as principais referências acerca da temática, entre concordâncias e divergências nas produções pesquisadas.

A alfabetização e o letramento desempenham papéis centrais na formação de indivíduos críticos e participativos na sociedade. O debate sobre concepções que orientam essas práticas é essencial para a construção de políticas educacionais que combatam o analfabetismo funcional e promovam uma educação inclusiva. Em um cenário em que a alfabetização transcende o simples domínio técnico da leitura e escrita, o letramento emerge como uma necessidade para capacitar os sujeitos a interagir com diversos gêneros textuais e contextos socioculturais. Assim, estudar tais concepções contribui para o fortalecimento da base educacional e cultural de uma sociedade.

Assim, o tema fomenta o desenvolvimento de novas pesquisas, permitindo reflexões críticas sobre práticas educativas e contribuindo para o avanço da produção acadêmica. Ao

explorar produções recentes, contextualizadas no período de 2015 a 2023, é possível identificar tendências, lacunas e inovações que impactam diretamente a qualidade do ensino.

2 HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A história da alfabetização no Brasil é marcada por um percurso irregular e seletivo, profundamente vinculado às disputas políticas e aos projetos de nação. Desde o período colonial, a alfabetização esteve atrelada aos interesses do poder dominante. Durante os séculos XVI a XVIII, coube aos jesuítas a função de catequizar os indígenas e, em menor medida, alfabetizar. Nesse contexto, o ensino da leitura e escrita estava subordinado à evangelização e à transmissão da fé cristã.

A alfabetização ocorria de forma restrita, voltada principalmente aos filhos da elite colonial. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as Aulas Régias substituíram o sistema religioso, mas continuaram a reproduzir uma lógica excludente, baseada em métodos mecânicos e na repetição de conteúdos, como destaca Marcilio (2016, apud Anjos; Ribeiro, 2024)

Como aponta Marcilio (2016), durante o Império, a alfabetização ganhou certo impulso com a criação das chamadas escolas de primeiras letras, porém manteve seu caráter elitista e excludente. Três métodos principais foram aplicados: o método individual, o método simultâneo (Lancaster) e o método intuitivo de Castilho. A precariedade estrutural, a falta de professores qualificados e a desvalorização do ensino primário dificultaram a universalização da alfabetização. Além disso, o regime escravocrata inviabilizava o acesso à educação por parte da população negra e pobre. Esse cenário reforçava uma cultura da exclusão, em que a alfabetização era privilégio de poucos.

Na República Velha (1889–1930), a alfabetização começou a ser pensada como requisito para a cidadania formal, já que o direito ao voto era negado aos analfabetos, conforme estabelecido pela Constituição de 1891. Segundo Veiga (2007) apud Santos e Rocha (2018), a educação básica seguiu negligenciada, e o analfabetismo se manteve em níveis alarmantes, em torno de 85% da população. A alfabetização era mais uma barreira social e política do que uma ferramenta emancipadora. A situação começa a se transformar a partir da Era Vargas (1930–1945), quando surgem as primeiras campanhas nacionais de alfabetização e uma valorização mais clara da instrução pública como instrumento de modernização. Ainda assim, essas iniciativas se concentravam em objetivos econômicos e políticos, e não propriamente na emancipação crítica dos sujeitos.

Como observam Anjos e Ribeiro (2024), o processo de alfabetização no Brasil é profundamente marcado por avanços e recuos, muitas vezes dependente de conjunturas políticas e interesses ideológicos. Santos e Rocha (2018), reforçam a importância de compreender a alfabetização não apenas como domínio técnico da escrita, mas como um

fenômeno histórico, social e cultural. A abordagem histórica permite perceber como o ensino da leitura e da escrita foi moldado por diferentes discursos e práticas ao longo do tempo, muitas vezes reforçando exclusões sociais.

A experiência de Paulo Freire, iniciada no início dos anos 1960, representa uma ruptura epistemológica e política na história da alfabetização brasileira. Com sua proposta de alfabetização centrada no diálogo, na escuta e na conscientização dos sujeitos, Freire rejeitava os métodos mecanicistas e autoritários. Para ele, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47). Sua proposta, aplicada inicialmente em Angicos (RN), em 1963, alfabetizou cerca de 300 adultos em apenas 40 dias e propunha uma prática pedagógica transformadora, voltada à libertação e à participação política dos sujeitos marginalizados.

Freire defendia uma alfabetização que “não se reduz ao mero aprendizado técnico da leitura e da escrita, mas implica um processo de leitura crítica do mundo” (Freire, 1987). Essa concepção de alfabetização como prática de liberdade contrastava radicalmente com a perspectiva dominante da época, baseada na repetição de códigos e na negação da autonomia do educando. Sua metodologia visava reconhecer o conhecimento prévio dos alunos e trabalhar a partir de palavras geradoras, vinculadas à sua realidade social.

No entanto, o golpe civil-militar de 1964 interrompeu esse projeto e impôs um modelo educacional marcado pelo autoritarismo e pelo controle ideológico. Paulo Freire foi exilado e sua proposta foi duramente combatida. Conforme apontam Santos e Rocha (2018), a Ditadura Militar assumiu o controle da alfabetização por meio de programas centralizados e tecnicistas, como o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1967. Embora visasse erradicar o analfabetismo, o programa era sustentado por uma lógica instrumental e estatística, “sem considerar os sujeitos e suas vivências como elementos centrais do processo de ensino-aprendizagem” (Santos; Rocha, 2018, p. 13).

Durante o regime militar, a alfabetização foi reduzida a um instrumento de adequação ao sistema produtivo e à ordem vigente, perdendo sua dimensão crítica e libertadora. Anjos e Ribeiro (2024) destacam que esse período foi marcado por uma forte resistência à mudança pedagógica, prevalecendo métodos arcaicos e um ensino fragmentado e disciplinador.

Com a redemocratização a partir da década de 1980, novas políticas de alfabetização foram formuladas sob inspiração das ideias freirianas e com maior participação da sociedade civil. Um exemplo importante foi o MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, criado por Paulo Freire na gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989–1991). O MOVA propunha uma educação popular, centrada nos interesses da comunidade,

dialogada e crítica, como continuidade do legado freiriano. Para Freire (1997), “a alfabetização de adultos deve estar vinculada à democratização do saber e da participação política”.

Nos anos 2000, o Brasil implementou diversos programas nacionais voltados à alfabetização e ao letramento, como o EJA (Educação de Jovens e Adultos), que se tornou uma modalidade garantida pela LDB/1996, o PRÓ-LETRAMENTO e, posteriormente, o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), lançado em 2012. O PNAIC representou uma tentativa do Estado de garantir que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o 3º ano do Ensino Fundamental, com foco na formação continuada dos professores. Como destaca Mortatti (2016), esses programas “foram influenciados por abordagens construtivistas, porém muitas vezes limitados por políticas gerencialistas que esvaziaram o debate pedagógico”.

Mais recentemente, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) incorporou critérios de letramento e diversidade textual em suas obras, promovendo uma alfabetização mais alinhada às práticas sociais de leitura e escrita. No entanto, os desafios permanecem, sobretudo no que diz respeito às desigualdades sociais, à precarização da formação docente e à persistência de visões fragmentadas da alfabetização.

Fica evidente, que a trajetória da alfabetização no Brasil revela tensões constantes entre projetos políticos excludentes e propostas pedagógicas libertadoras. A experiência de Paulo Freire, mesmo interrompida, permanece como referência ética, política e pedagógica, lembrando que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1987, p. 11).

Na contemporaneidade, a alfabetização é compreendida como um direito humano e social fundamental, que ultrapassa o simples domínio do código alfabético. Essa concepção está alicerçada na ideia de que ler e escrever são práticas essenciais à cidadania, à autonomia dos sujeitos e à participação crítica na sociedade. De acordo com Soares (2020), o desafio das políticas públicas de alfabetização vai além do acesso à aprendizagem da leitura e escrita, exigindo práticas pedagógicas que se vinculem a usos sociais reais e significativos da linguagem.

Nesse contexto, o conceito de letramento ganha relevância, ao se referir não apenas à capacidade de decodificar textos, mas ao uso funcional e crítico da linguagem escrita nos diferentes contextos sociais. Essa visão é compartilhada por Monteiro e Silva (2022, p. 2), ao afirmarem que a alfabetização deve ser compreendida como “modo do sujeito se inserir na cultura social e se posicionar no mundo letrado”. Os autores defendem que a alfabetização deve formar sujeitos conscientes e críticos, capazes de transformar suas realidades sociais.

Além disso, os desafios da alfabetização contemporânea passam pela inclusão de crianças com deficiência, pela educação bilíngue em contextos indígenas e surdos e pelo

reconhecimento da diversidade linguística presente em um país multicultural como o Brasil. A alfabetização inclusiva exige metodologias diferenciadas e políticas públicas que respeitem os tempos, formas de expressão e recursos específicos de cada grupo. De acordo com Soares (2020), as políticas públicas de alfabetização devem considerar os contextos sociais dos alunos, respeitando suas especificidades culturais e linguísticas, sem comprometer o direito à aprendizagem da língua escrita.

Outro aspecto fundamental é a alfabetização digital, que se tornou ainda mais urgente com a intensificação do uso das tecnologias na educação. Hoje, ser alfabetizado implica também ser capaz de interagir criticamente com textos multimodais, hipertextos, mídias sociais e plataformas digitais. Segundo Soares (2020), é necessário que as escolas reconheçam e incorporem as novas formas de letramento associadas às tecnologias digitais, o que implica repensar e ampliar o conceito tradicional de alfabetização.

As políticas públicas recentes têm buscado dar conta dessa complexidade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconhece a alfabetização como processo que deve ocorrer nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, mas também propõe um ciclo de alfabetização de três anos, valorizando o letramento desde os anos iniciais. O Plano Nacional de Alfabetização (PNA), instituído em 2019, também reafirma a importância de garantir os direitos de aprendizagem na alfabetização, embora com enfoques metodológicos e ideológicos que ainda geram debates no campo educacional.

As avaliações nacionais, como a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), implementada em 2013, têm buscado monitorar os níveis de leitura, escrita e matemática das crianças ao final do 3º ano. No entanto, Monteiro e Silva (2022) alertam para os riscos de reduzir a alfabetização a indicadores de desempenho, o que pode empobrecer o processo formativo ao privilegiar resultados em detrimento da formação crítica do sujeito.

Nesse sentido, experiências fundamentadas em concepções pedagógicas críticas, como a Pedagogia Histórico-Crítica e a Pedagogia da Libertação, permanecem atuais. Como destaca Saviani (2021), a alfabetização deve ser compreendida como um instrumento de humanização e emancipação, articulando conteúdos sistematizados com a realidade vivida pelos educandos. Isso exige do professor um papel ativo, como mediador da cultura e da linguagem, capaz de “promover a apropriação cultural do sujeito, para que esse possa viver e exercer sua plenitude enquanto ser humano” (Monteiro; Silva, 2022, p. 2).

Embora diferentes programas e políticas públicas tenham sido implementados ao longo das últimas décadas com o objetivo de enfrentar o analfabetismo, é necessário reconhecer que muitas dessas propostas apresentaram limites estruturais, seja pela descontinuidade política,

seja pela centralização excessiva ou pelo foco predominante em resultados quantitativos. Assim, as chamadas propostas alternativas nem sempre conseguiram romper de maneira efetiva com práticas tradicionais ainda enraizadas nas escolas. Desse modo, mais do que instituir novos programas, o desafio contemporâneo reside em garantir formação docente consistente, continuidade das políticas educacionais e condições materiais adequadas que sustentem práticas alfabetizadoras contextualizadas e socialmente significativas.

Na contemporaneidade, a alfabetização é compreendida como um direito humano e social que deve garantir não apenas o domínio do código escrito, mas também a inserção crítica dos sujeitos na cultura letrada e digital. A inclusão de crianças com deficiência, a valorização da diversidade linguística e a alfabetização digital são demandas emergentes que exigem políticas públicas efetivas, formação docente qualificada e práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. Assim, reafirma-se que alfabetizar não é apenas ensinar a ler e escrever, mas formar sujeitos conscientes, atuantes e capazes de intervir em sua realidade, uma tarefa ética, política e historicamente situada.

2.1 O conceito de alfabetização

A alfabetização é tradicionalmente compreendida como o processo pelo qual o indivíduo adquire as habilidades básicas de leitura e escrita, envolvendo o domínio do sistema alfabético da língua. Entretanto, essa definição, embora válida em termos técnicos, é insuficiente para explicar a complexidade do processo e seu papel na formação do sujeito na sociedade contemporânea. Conforme afirmam Silva e Santos (2020), a alfabetização é a porta de entrada para o mundo da leitura e da escrita, mas precisa ser compreendida em articulação com o letramento, pois é por meio dessa integração que se dá o uso real e significativo da linguagem.

O entendimento mais recente sobre alfabetização ultrapassa o enfoque restrito na codificação e decodificação. De acordo com Ferreiro e Teberosky (1985), a criança não é uma receptora passiva do conhecimento da escrita, mas um sujeito que elabora hipóteses e constrói significados a partir de suas interações sociais e culturais. Ferreiro (2001), destaca que a aprendizagem da língua escrita não começa na escola, mas na convivência com o mundo letrado, o que evidencia a importância do contexto social no desenvolvimento da alfabetização.

Nesse mesmo sentido, Soares (2003) afirma que não basta saber ler e escrever, é preciso saber usar a leitura e a escrita em práticas sociais significativas, reforçando que o verdadeiro

processo de alfabetização ocorre quando o sujeito é capaz de atribuir sentido ao que lê e escreve, agindo com autonomia no mundo letrado.

A alfabetização, portanto, não se limita a um método ou técnica. Ela envolve aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e culturais. Como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999), é responsabilidade da escola garantir o acesso de todos os alunos aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, pois “o domínio da língua é fundamental para a participação social e efetiva” (PCN, 1999, p. 15).

Além disso, os desafios da alfabetização no Brasil revelam a persistência de práticas descontextualizadas, centradas na repetição e memorização, que pouco contribuem para a formação crítica do sujeito. Como observa Soares (2003, p. 9), o fracasso escolar em leitura e escrita se revela em avaliações externas e nacionais, apontando “grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização”.

Diante disso, autores como Leite (2010) e Soares (2003) defendem que a alfabetização deve ocorrer na perspectiva do letramento, ou seja, integrada a práticas sociais e culturais reais, para que a aprendizagem da escrita não se limite a uma técnica vazia, mas se converta em instrumento de participação social, emancipação e cidadania.

A alfabetização deve ser compreendida como um processo que ultrapassa a decodificação de letras e sílabas. Conforme afirmam Sousa, Silva e Oliveira (2017), alfabetizar é também desenvolver a capacidade de interpretar, compreender, criticar e produzir conhecimento, utilizando a linguagem como meio de inserção na vida social e de expressão do pensamento. Essa perspectiva está em consonância com os pressupostos defendidos por Paulo Freire (2007), ao propor uma alfabetização que seja dialógica, crítica e comprometida com a formação de sujeitos conscientes e autônomos.

Segundo Fernandes e Azevedo (2024), embora o acesso à escola seja garantido legalmente, muitos alunos concluem os primeiros anos do ensino fundamental sem adquirir habilidades básicas de leitura e escrita, o que evidencia a urgência de práticas pedagógicas mais eficazes e sensíveis às realidades sociais e culturais dos estudantes. Para que o processo de alfabetização cumpra seu papel emancipador, é fundamental que o professor atue como mediador atento às necessidades e potencialidades dos seus alunos, promovendo práticas contextualizadas e significativas.

Essa mediação exige do educador a compreensão de que cada criança percorre um caminho próprio na construção da linguagem escrita. Como destaca o referencial teórico de Vygotsky, citado por Sousa et al. (2017), o professor precisa atuar na chamada zona de desenvolvimento proximal, ou seja, entre aquilo que a criança já sabe e aquilo que pode

aprender com a ajuda de um adulto ou de colegas mais experientes. Isso implica um planejamento que valorize as experiências prévias dos alunos, integrando leitura, escrita, oralidade e ludicidade.

No mesmo sentido, Soares (2003) argumenta que alfabetizar é também letrar, ou seja, ensinar a ler e escrever em contextos sociais concretos, permitindo que o indivíduo se torne sujeito de práticas sociais letradas. Para a autora, alfabetização e letramento são processos distintos, mas que devem ocorrer de forma integrada: “a entrada da criança no mundo da escrita ocorre simultaneamente pela aquisição do sistema convencional de escrita e pelo desenvolvimento das habilidades de uso desse sistema nas práticas sociais” (Soares, 2003, p. 14).

A importância do planejamento docente no processo de alfabetização também é destacada por diversos autores. Gilson Xavier de Azevedo (2024) ressalta que a intervenção pedagógica deve ser flexível, atenta às necessidades dos estudantes e fundamentada em uma relação de confiança e afeto, fatores indispensáveis para o desenvolvimento da autonomia e da competência leitora e escritora. Para isso, a leitura, a literatura infantil, o desenho e a música se revelam como ferramentas poderosas para motivar, sensibilizar e ampliar o repertório simbólico das crianças.

Por fim, a alfabetização deve ser compreendida como uma experiência que articula linguagem, cultura e cidadania. Como sintetiza Soares (2003, p. 72), letramento é “o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”. Dessa forma, o desafio da escola é garantir que todos os alunos não apenas aprendam a ler e escrever, mas também compreendam o porquê e o para quê dessa aprendizagem, tornando-se sujeitos participativos, críticos e atuantes na sociedade.

Nesse sentido, o processo de alfabetização não pode ser reduzido à simples memorização de letras ou sons. Ele é, antes de tudo, um caminho de apropriação da linguagem escrita como forma de comunicação, expressão e participação social. Ferreiro (1989), afirma que a criança, ao aprender a ler e escrever, não parte do nada, mas elabora hipóteses sobre a escrita com base em suas experiências sociais, mostrando-se ativa na construção do conhecimento. Sua pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita demonstra que o aprendizado da escrita segue estágios, passando por fases em que a criança compreende gradualmente as relações entre fala e escrita.

Nesse percurso, o papel do professor é fundamental. Ele deve atuar como mediador entre o saber sistematizado e o conhecimento prévio do aluno, respeitando sua trajetória

individual de aprendizagem. Vygotsky (1998) conceitua essa mediação como sendo parte da zona de desenvolvimento proximal, ou seja, o espaço entre o que a criança já consegue fazer sozinha e o que pode alcançar com a ajuda de um adulto ou colega mais experiente. Assim, o processo de alfabetização torna-se relacional, interativo e dinâmico, exigindo práticas pedagógicas flexíveis e sensíveis às necessidades do aprendiz.

Soares (1998, p. 47) também enfatiza que alfabetizar vai além de ensinar o código escrito: trata-se de “ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”, o que implica promover situações reais de uso da linguagem. A autora propõe a articulação entre alfabetização e letramento como estratégia pedagógica indispensável para que a criança não apenas aprenda a decodificar, mas compreenda a função e o sentido da linguagem escrita em sua vida cotidiana.

Esse entendimento é corroborado por autores como Cagliari (1998), que critica os métodos tradicionais baseados em cartilhas e repetição, defendendo que a alfabetização deve começar pela produção de sentido. Para o autor, a leitura deve ser estimulada mesmo antes de a criança saber ler convencionalmente, por meio do contato com textos reais e da escuta de histórias. Essa prática favorece o desenvolvimento da consciência fonológica e amplia o repertório linguístico da criança.

Outro aspecto essencial no processo de alfabetização é a ludicidade. Para Libâneo (1994), o ensino deve ser planejado de modo que as crianças aprendam de forma prazerosa e significativa, valorizando sua participação ativa. O uso de jogos, músicas, leitura de imagens e atividades interativas estimula a curiosidade, favorece a concentração e fortalece os vínculos afetivos com a linguagem. Esses recursos devem ser planejados com intencionalidade pedagógica, contribuindo para a construção de um ambiente alfabetizador.

Dessa maneira, é preciso reconhecer que o processo de alfabetização é também um processo social. Tfouni (2010), ressalta que a alfabetização implica a inserção do sujeito nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita”, o que exige políticas públicas eficazes, valorização do professor e materiais didáticos que reflitam a diversidade cultural dos alunos. Alfabetizar, portanto, é promover inclusão, cidadania e equidade. Como afirma Freire (1996, p. 25), “ensinar exige consciência do inacabamento”, ou seja, compromisso contínuo com a formação integral do ser humano.

Assim, enquanto a alfabetização diz respeito à apropriação do sistema de escrita, o letramento está ligado à capacidade de utilizar a linguagem escrita para interagir com o mundo, resolver problemas e exercer a cidadania. Enquanto o letramento refere-se às práticas sociais

que envolvem o uso da leitura e da escrita de forma significativa em contextos reais, indo além da simples aprendizagem do código alfabético. Como afirma Soares (2009, p. 18), letramento é “o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de ter sido exposto a práticas sociais de leitura e escrita”. Dessa forma, alfabetizar e letrar não são processos idênticos, mas também não devem ser dissociados. Concluir que a alfabetização deve ocorrer integrada ao letramento é reconhecer que a aprendizagem da leitura e da escrita só se torna completa quando é funcional, contextualizada e socialmente significativa, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participantes.

2.2 Alfabetização e Letramento

A alfabetização e o letramento são conceitos fundamentais no campo da educação e, embora distintos, estão profundamente interligados no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. A alfabetização diz respeito à aprendizagem do sistema alfabético da escrita, ou seja, ao domínio do código linguístico que permite ler e escrever convencionalmente. Já o letramento envolve a capacidade de usar a leitura e a escrita em práticas sociais concretas, com significado e função. Como afirma Soares (2003, p. 16), a “alfabetização é a aquisição do sistema convencional da escrita, enquanto letramento é o resultado da participação em práticas sociais que envolvem a linguagem escrita”.

Segundo Soares (2003, p. 18), letramento é “o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de ter sido exposto a práticas sociais de leitura e escrita”. A autora defende que alfabetizar letrando é o caminho ideal: ensinar o código escrito inserido em contextos reais de uso, o que garante que o aluno aprenda a ler e escrever com funcionalidade, criticidade e autonomia. Assim, uma pessoa pode ser alfabetizada sem estar letrada, caso domine o código escrito, mas não o utilize de maneira significativa em seu cotidiano.

Ferreiro (1989), por sua vez, ao desenvolver a teoria da psicogênese da língua escrita, demonstrou que a criança não aprende a escrever por repetição mecânica, mas sim elaborando hipóteses sobre o funcionamento da escrita com base em suas experiências e interações sociais. Para Ferreiro, “o sujeito que aprende é ativo na construção do conhecimento; a leitura e a escrita não são produtos prontos que se transmitem, mas saberes que se constroem” (Ferreiro;

Teberosky, 1989, p. 15). Essa abordagem reforça a importância de oferecer à criança oportunidades reais de contato com a linguagem escrita desde cedo, inclusive fora da escola.

Tfouni (2010) contribui com uma perspectiva sociolinguística ao destacar que o letramento é um fenômeno social e histórico, relacionado ao uso e ao valor que a leitura e a escrita têm em diferentes contextos. Ela argumenta que não basta ensinar a ler e escrever; é preciso inserir o aluno nas práticas letradas da sociedade em que vive, desenvolvendo também competências cognitivas superiores, como raciocínio, argumentação e reflexão. Tfouni (2010, p. 22) ainda afirma que “o letramento representa o coroamento de um processo histórico de transformação e diferenciação no uso de instrumentos mediadores”.

Mortatti (2006) acrescenta que os métodos de alfabetização no Brasil historicamente oscilaram entre práticas mecânicas e abordagens mais construtivistas, e destaca que a articulação entre alfabetização e letramento é uma exigência da contemporaneidade. Ela observa que “o fracasso escolar em leitura e escrita não decorre apenas da ausência de métodos eficazes, mas da ausência de práticas significativas que deem sentido ao aprendizado” (Mortatti, 2006, p. 5).

Diante disso, o desafio das escolas e professores está em desenvolver propostas pedagógicas que integrem o ensino sistemático da leitura e escrita com práticas de uso real da linguagem. Como destaca Soares (2003), a criança deve aprender a ler e escrever ao mesmo tempo em que compreende o papel da linguagem escrita na vida social. Alfabetizar e letrar, portanto, é formar sujeitos leitores e produtores de textos capazes de interpretar, criticar e transformar a realidade em que vivem.

Compreender a alfabetização e o letramento como processos integrados exige não apenas domínio conceitual, mas também comprometimento com práticas pedagógicas coerentes, planejadas e sensíveis à realidade dos alunos. A escola, nesse contexto, precisa se constituir como um ambiente alfabetizador, no qual a leitura e a escrita estejam presentes de forma cotidiana, significativa e acessível. Como observa Soares (2003, p. 14), “alfabetizar letrando significa garantir que a aprendizagem do sistema alfabético da escrita ocorra simultaneamente com a inserção do aluno nas práticas sociais da leitura e da escrita”. Ou seja, não se trata de etapas separadas, mas de ações que se complementam desde o início da escolarização.

Para que isso ocorra de forma efetiva, o papel do professor é fundamental. Ele deve atuar como mediador entre o conhecimento científico e a realidade sociocultural dos alunos, promovendo situações didáticas que estimulem a reflexão, a curiosidade e o uso funcional da linguagem. Cagliari (1998, p. 34) defende que “não se ensina a ler e escrever ensinando letras

isoladas, mas dando sentido ao texto que a criança vai produzir ou ler”. Essa perspectiva exige práticas que valorizem gêneros textuais diversos, a oralidade, a escuta ativa, e, principalmente, o respeito ao ritmo e às hipóteses que cada criança formula ao longo do processo.

Outro desafio atual no campo da alfabetização é o combate às desigualdades que persistem nas escolas públicas brasileiras. Segundo Mortatti (2006), os baixos índices de leitura e escrita nas avaliações nacionais não refletem apenas falhas metodológicas, mas a ausência de condições materiais, formação continuada de qualidade e políticas educacionais comprometidas com a equidade. É necessário pensar em alfabetização como um direito social e, portanto, como dever do Estado, como já aponta a BNCC (2017), ao incluir a alfabetização como um dos direitos de aprendizagem fundamentais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A importância da formação docente também é destacada por Tfouni (2010, p. 23), ao afirmar que o professor precisa compreender o letramento como um fenômeno cultural e histórico, e não apenas como uma habilidade técnica. Para ela, “o letramento é um processo que acompanha o indivíduo ao longo de sua vida, e que depende das práticas sociais que o cercam”. Essa perspectiva amplia o papel da escola: não basta ensinar a ler e escrever, é preciso criar condições para que o aluno se aproprie da linguagem escrita como ferramenta de expressão, identidade e cidadania.

Dessa forma, as práticas pedagógicas em sala de aula devem integrar metodologias ativas, literatura, ludicidade e tecnologia. O uso de projetos interdisciplinares, rodas de leitura, produção de textos, dramatizações e recursos digitais ampliam o repertório linguístico dos alunos e estimula o engajamento com a leitura e a escrita. Como conclui Freire (1996, p. 68), “ensinar exige pesquisa, exige respeito aos saberes dos educandos, exige crítica, exige estética e ética”. Assim, alfabetizar letrando é mais do que ensinar um código, é oferecer ao aluno as chaves para ler o mundo, com consciência, criatividade e participação.

Ao considerar a alfabetização e o letramento como processos integrados, é imprescindível abordar os fatores que ampliam ou limitam a efetivação de práticas pedagógicas que alfabetizam letrando. Um dos principais aspectos a ser considerado é a diversidade sociocultural e linguística dos alunos. O Brasil é um país marcado por pluralidades culturais, étnicas, linguísticas e sociais, e essa diversidade deve ser vista como potencial educativo, não como obstáculo. Como lembra Soares (2016), as práticas pedagógicas devem considerar as múltiplas formas de inserção dos alunos nas práticas sociais da escrita, respeitando suas experiências, linguagens e saberes prévios.

Essa perspectiva se estende à educação inclusiva, que exige que o processo de alfabetização seja acessível a todos os sujeitos, incluindo crianças com deficiência, transtornos

de aprendizagem, ou que pertençam a comunidades indígenas, quilombolas ou rurais. A BNCC (2017) reconhece essa diversidade e destaca que todos os estudantes têm o direito à alfabetização em contextos que respeitem suas especificidades e lhes garantam acesso à cultura letrada. Nessa direção, alfabetizar letrando significa também garantir justiça social, equidade e direito à linguagem como forma de pertencimento e empoderamento.

Outro fator relevante é a incorporação das tecnologias digitais como aliadas no processo de alfabetização. Em uma sociedade cada vez mais conectada e mediada por textos digitais, é essencial que a escola explore gêneros textuais multimodais, como e-mails, mensagens instantâneas, blogs, vídeos com legendas, jogos educativos e hipertextos. Segundo Soares (2020), as novas formas de letramento digital requerem uma ampliação do conceito tradicional de alfabetização, incluindo habilidades de navegação, interpretação e produção textual em ambientes digitais. A escola que alfabetiza letrando, portanto, não pode ignorar as práticas letradas que circulam fora dos muros escolares.

A literatura infantil também desempenha papel central nesse processo. Ler e ouvir histórias desenvolve a imaginação, a empatia, o vocabulário e a compreensão textual, pois essas são competências essenciais para a construção do letramento. Como defende Abramovich (1997), que as histórias despertam nas crianças sentimentos e reflexões sobre o mundo, funcionando como instrumento para pensar a si mesmas e aos outros. Por isso, projetos que integram leitura literária com produção textual e rodas de conversa são estratégias poderosas para desenvolver tanto a alfabetização quanto o letramento, de maneira lúdica, afetiva e crítica.

O planejamento pedagógico, nesse contexto, deve ser orientado por uma escuta atenta aos alunos e uma constante reflexão sobre a prática docente. Freire (1996), propõe que ensinar exige pesquisa, exige o reconhecimento de que o saber dos educandos é ponto de partida para a construção do novo. Alfabetizar letrando é, assim, comprometer-se com um ensino que faça sentido para os alunos, que conecte o conhecimento escolar às vivências concretas, e que ofereça oportunidades reais de uso da linguagem para comunicar, pensar, criar e transformar.

Diante do exposto, conclui-se que alfabetizar letrando é promover um processo educativo que integra o domínio do sistema de escrita ao uso social e funcional da linguagem, reconhecendo o aluno como sujeito ativo na construção do conhecimento. Essa perspectiva exige práticas pedagógicas que respeitem a diversidade cultural, linguística e cognitiva dos educandos, valorizem suas vivências e ampliem suas possibilidades de participação social. Alfabetizar letrando é, portanto, formar leitores e escritores críticos, capazes de interpretar o mundo e agir sobre ele com consciência e autonomia. Trata-se de um compromisso ético e político com a democratização do acesso à cultura escrita e com a efetivação do direito à

educação de qualidade para todos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A definição de uma metodologia clara e bem fundamentada é condição essencial para assegurar a credibilidade e a consistência de qualquer pesquisa científica. Como destaca Minayo (2001), “a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2001, p. 24), sendo, portanto, fundamental para garantir que os objetivos do estudo sejam alcançados com rigor e coerência.

A abordagem adotada neste estudo foi de natureza qualitativa, por entender que os fenômenos educacionais, especialmente aqueles relacionados à alfabetização e letramento, são complexos, situados historicamente e carregados de subjetividade. Conforme afirma Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é aquela que permite compreender significados atribuídos pelas pessoas a um problema social ou humano.

A opção pela abordagem qualitativa se deu por ela possibilitar captar a riqueza e a profundidade das práticas e concepções relacionadas à alfabetização e ao letramento. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 50), a investigação qualitativa é “rica em descrição e mais próxima da realidade das pessoas, interessada mais em processos do que em produtos ou resultados” Essa característica se alinha diretamente ao objetivo deste trabalho, que é compreender como essas práticas têm sido representadas nas produções acadêmicas.

A escolha da abordagem qualitativa para investigar a temática da alfabetização e do letramento nas produções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, publicadas entre os anos de 2015 a 2023, justifica-se pelo caráter interpretativo da pesquisa, que busca compreender os sentidos construídos pelos autores dos textos analisados em seus contextos acadêmicos, históricos e culturais. Essa temporalidade também permite identificar mudanças, permanências e tendências teóricas nas produções ao longo de quase uma década.

Dessa forma, a escolha pela abordagem qualitativa se mostrou fundamental para aprofundar o conhecimento sobre a realidade da alfabetização e do letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, respeitando a complexidade do fenômeno e possibilitando uma leitura crítica e reflexiva sobre os diferentes discursos acadêmicos que o atravessam.

Nesta pesquisa, utilizou-se o método da revisão integrativa, uma modalidade de pesquisa bibliográfica que permite reunir e sintetizar resultados de investigações teóricas e empíricas sobre determinado tema. Segundo Almeida et al. (2024, p. 2), a revisão integrativa “é composta das seguintes etapas: planejamento, execução e finalização”, possibilitando uma análise crítica dos estudos selecionados e a construção de um panorama teórico consistente. A adoção dessa metodologia foi fundamental para organizar, categorizar e interpretar a produção

científica relacionada à alfabetização e letramento, especialmente nas publicações disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES entre os anos de 2015 e 2023.

Para garantir o rigor metodológico, seguiram-se os passos propostos por Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103), que estruturam a revisão integrativa em seis fases: “elaboração da pergunta de investigação, busca na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da síntese”. A escolha dessa abordagem justifica-se por sua capacidade de integrar achados de diferentes tipos de pesquisa, promovendo uma visão abrangente e fundamentada sobre o objeto de estudo. Além disso, essa estratégia favorece a identificação de lacunas, tendências e contribuições relevantes da literatura nacional sobre alfabetização.

Ao analisar as produções disponíveis no portal da CAPES, buscou-se identificar os fundamentos teóricos, metodológicos e as estratégias didáticas propostas ou analisadas pelos autores no campo da alfabetização e letramento. Essa análise permitiu o mapeamento de recorrências conceituais e metodológicas, além da identificação de possíveis lacunas ou contradições no campo investigado.

Em relação ao tipo de pesquisa, este estudo se classifica como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se fundamenta na análise de produções acadêmicas já publicadas, como artigos científicos, dissertações e teses, amplamente disponíveis em bases como o Portal de Periódicos da CAPES. De acordo com Gil (2008, p. 44), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos". Esse tipo de investigação permite identificar, analisar e interpretar criticamente o conhecimento já produzido sobre determinado tema, oferecendo ao pesquisador embasamento teórico consolidado. Como afirmam Marconi e Lakatos (2010), trata-se de um procedimento indispensável na construção de qualquer trabalho científico, pois proporciona a compreensão aprofundada do objeto investigado por meio de fontes secundárias organizadas e validadas academicamente.

A utilização do Portal de Periódicos da CAPES como fonte primária de dados enriquece a pesquisa ao proporcionar acesso a uma ampla base de produções acadêmicas qualificadas, garantindo diversidade de perspectivas teóricas, metodológicas e regionais. Isso confere ao estudo maior abrangência e legitimidade no tratamento da temática.

Optamos pela pesquisa bibliográfica, reconhecendo seu potencial para contribuir na análise histórica, teórica e contextual dos debates sobre alfabetização e letramento. Essa modalidade de pesquisa possibilita a investigação de fontes já publicadas e sistematizadas, como artigos científicos. De acordo com Gil (2008, p. 44), a pesquisa bibliográfica "é

desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos". Tal característica se aplica diretamente às produções analisadas neste estudo, as quais oferecem substrato para compreender os fundamentos e transformações conceituais da alfabetização no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

Para realizar a análise das obras selecionadas, foi adotado um procedimento sistemático de seleção, leitura e categorização dos textos, considerando critérios como o ano de publicação, a afinidade temática com o objeto de estudo e a relevância metodológica. Marconi e Lakatos (2010) afirmam que a pesquisa bibliográfica é indispensável para embasar teoricamente qualquer investigação científica, pois permite organizar e interpretar criticamente a produção existente sobre um determinado assunto. Dessa forma, a revisão criteriosa da literatura possibilita a identificação de lacunas, controvérsias e contribuições relevantes que fundamentam a construção do problema de pesquisa.

Em síntese, a adoção da abordagem qualitativa, combinada com a pesquisa bibliográfica, possibilitou uma compreensão aprofundada das principais concepções teóricas, metodológicas e das tendências que permeiam o campo da alfabetização e do letramento, conforme registrado nas produções acadêmicas brasileiras entre 2015 e 2023. O rigor metodológico adotado neste percurso investigativo assegura a consistência dos resultados obtidos e contribui significativamente para a ampliação do conhecimento na área da educação, subsidiando futuras práticas pedagógicas e políticas públicas.

Quadro 1- Ficha de pesquisa da revisão integrativa da literatura: Alfabetização e letramento nas produções disponíveis no portal de Periódicos da CAPES produzidas no período de 2015 a 2023.

1. Objetivo: Analisar as concepções de alfabetização e letramento presente nas produções disponíveis no portal de Periódicos da CAPES produzidas no período de 2015 a 2023.	
2. Base de pesquisa: Portal de Periódicos da CAPES	
3. Critérios de seleção:	
3.1 Inclusão	3.2 Exclusão
<ul style="list-style-type: none"> • Artigos em português. 	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos em outros idiomas.

<ul style="list-style-type: none"> • Artigos com as palavras-chaves (alfabetização e letramento). • Artigos com um marco temporal de 2015 a 2023. 	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos com tema que fugia do assunto. • Artigos que não estavam dentro do marco temporal 2015 a 2023.
4. Procedimento de busca: <ul style="list-style-type: none"> • data de criação: 2015 a 2023; • disponibilidade: periódicos revisados por pares; • idioma: português; • tipo de pesquisa: artigos; • assunto: alfabetização e letramento. 	
5. Apresentação de resultados A Realização da busca de dados da CAPES, seleção 20 artigos relevantes, verificação, download e análise dos artigos selecionados suas perspectivas teóricas e metodológicas.	
6. Tratamento de dados (resultados) Escrita do texto base; Descrição analítica dos dados; Discussão e considerações a posteriori.	

Fonte: Autora

A partir das informações contidas no quadro, é importante destacar os procedimentos metodológicos adotados para a seleção das produções acadêmicas que compõem o corpus da pesquisa. A busca foi realizada na base de dados da CAPES em 3 de abril de 2024, sendo conduzida exclusivamente pela autora da pesquisa. Utilizou-se o catálogo online de periódicos da CAPES e as palavras-chave “Alfabetização” e “Letramento”, combinadas pelo operador booleano “AND”. A pesquisa inicial resultou em 1.084 entradas. Para tornar os resultados mais específicos e alinhados aos objetivos do estudo, aplicaram-se filtros sucessivos: delimitação temporal (2015 a 2023), seleção de periódicos revisados por pares, restrição ao idioma português e ao tipo de documento “artigo”. Após a aplicação desses critérios, o número de resultados foi reduzido para 50. Em seguida, fiz à leitura dos resumos e à avaliação da aderência temática, selecionando 20 artigos mais relevantes para análise.

A leitura integral e a verificação dos artigos escolhidos possibilitaram a identificação de 16 estudos que de fato atendiam aos critérios estabelecidos. Esses trabalhos contemplam uma gama variada de abordagens teóricas e metodológicas, desde análises críticas fundamentadas em Paulo Freire até estudos de caso baseados em referenciais como Vygotsky e Bakhtin. A diversidade dos enfoques evidencia a riqueza do debate sobre alfabetização e letramento no contexto educacional brasileiro contemporâneo, refletindo tanto avanços quanto tensões nas práticas e políticas públicas.

Assim, com base nesse recorte de produções, a presente pesquisa se propõe a compreender de que forma o campo acadêmico tem construído sentidos e propostas em torno

desses conceitos entre 2015 e 2023, contribuindo para o aprofundamento das reflexões sobre a formação docente e os desafios enfrentados nas salas de aula dos anos iniciais da escolarização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 2 – Caracterização dos estudos selecionados

Autor (ano)	Título	Objetivo(s)	Desenho do Estudo (Metodologia)	Tipo	Local de publicação
Firmino, Carvalho e Borges (2023)	Letramento na 'Idade Certa': olhares sobre o PNAIC no contexto da educação brasileira	Analisar criticamente a alfabetização na idade certa apresentada no PNAIC.	Pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa.	Artigo	Uberlândia - MG
Uczak e Faller (2020)	Espaço e letramento nos três primeiros anos do Ensino Fundamental: a realidade observada	Analisar como os professores dos primeiros anos do ensino fundamental utilizam o espaço de sala de aula como estratégia para o letramento.	Pesquisa de abordagem qualitativa, com base em observações e análise documental.	Artigo	Vitória da Conquista - BA
Silva e Guedes-Pinto (2022)	Práticas de letramento com crianças pequenas: possibilidades na alfabetização	Dar visibilidade às práticas de letramento com crianças pequenas, a partir dos relatos de professoras.	História oral, com base teórica na História Cultural.	Artigo	Vitória - ES
Morais e Silva (2023)	Alfabetização e letramento na Educação Infantil: o legado de Magda Soares	Explicitar os posicionamentos de Magda Soares sobre a alfabetização e letramento na Educação Infantil.	Análise documental de textos publicados por Magda Soares e propostas curriculares.	Artigo	Vitória - ES
Verdam e Avelino (2021)	Alfabetização e letramento no processo de ensino e aprendizagem	Ressaltar as concepções de alfabetização e letramento e refletir sobre a formação docente.	Análise bibliográfica de documentos oficiais e literatura da área.	Artigo	João Pessoa - PB
Costa,	Alfabetização e	Discutir o	Relato de	Artigo	Uberlândia

Godoy e Manhente (2017)	letramento em uma perspectiva histórico cultural	processo de alfabetização e letramento a partir da perspectiva histórico-cultural.	experiência com base em fundamentos teóricos bakhtinianos e vigotskianos.		- MG
Macedo, Almeida e Dezotti (2020)	Alfabetização crítica: contribuições de Paulo Freire e dos novos estudos do letramento	Refletir sobre a alfabetização a partir da pedagogia freiriana e dos novos estudos do letramento.	Ensaio teórico.	Artigo	Brasília - DF
Bandeira, Fronza e Luiz (2023)	Potencialidades de alfabetização e (multi)letramentos: proposições e perspectivas	Analisar uma proposta pedagógica fundamentada nos (multi)letramentos durante formação continuada.	Estudo de caso com análise qualitativa baseada em fundamentos socioculturais.	Artigo	Curitiba-PR
Pertuzatti e Dickmann (2019)	Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a BNCC	Analisar as convergências e divergências das políticas públicas sobre alfabetização e letramento com a BNCC.	Pesquisa documental com análise de conteúdo comparativa.	Artigo	Rio de Janeiro - RJ
Macedo, Almeida e Dezotti (2020)	Alfabetização crítica: contribuições de Paulo Freire e dos novos estudos do letramento	Analisar a prática alfabetizadora com base em Paulo Freire e nos Novos Estudos do Letramento.	Ensaio teórico-reflexivo.	Artigo	Brasília - DF
Martins (2015)	Alfabetização e letramento: métodos e práticas escolares	Analisar e compreender as práticas pedagógicas no processo de alfabetização.	Pesquisa qualitativa, com entrevistas e observações.	Artigo (recorte de TCC)	Sinop - MT
Bianchi e Morais (2021)	Ensinos freireanos como orientadores da prática pedagógica na	Refletir sobre as contribuições do pensamento freireano na alfabetização e	Revisão de literatura, qualitativa e descritiva.	Artigo	Vitória da Conquista - BA

	alfabetização e letramento	letramento.			
Araujo, Arapiraca e Muniz (2015)	Professora alfabetizadora: um ofício e muitos fazeres	Discutir o ofício da professora alfabetizadora e os saberes envolvidos.	Estudo teórico e reflexivo.	Artigo	Florianópolis - SC
Menarbin e Tavares (2020)	A alfabetização, o letramento e a docência: reflexões necessárias	Refletir sobre o contexto da alfabetização e letramento na perspectiva docente.	Pesquisa qualitativa, documental, com análise de discurso.	Artigo	São Paulo - SP
Persichetto e Argenti (2023)	Diálogos sobre alfabetização e letramento no universo da Educação Infantil	Analisar o processo de consolidação da Educação Infantil e suas práticas de alfabetização e letramento.	Pesquisa qualitativa, teórica, com base em revisão de literatura.	Artigo (pesquisa de pós-doutorado)	São Paulo - SP
Camargo e Serzoski (2023)	Alfabetização e letramento na educação infantil: a perspectiva da criança	Compreender a perspectiva das crianças sobre atividades de alfabetização e letramento.	Estudo de campo, abordagem qualitativa, com entrevistas e observação.	Artigo (TCC)	Ijuí – RS
Caldeira e Frangella (2023)	Letramento em políticas curriculares de alfabetização: relações de poder-saber em torno do conceito cunhado por Magda Soares	Analisar como duas políticas curriculares recentes — a BNCC e a PNA — se relacionam com o conceito de “letramento”, conforme proposto por Magda Soares.	Pesquisa qualitativa com base na análise discursiva da política, ancorada na perspectiva pós-estruturalista.	Artigo	Belo Horizonte – MG

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro apresentado reúne uma amostra significativa das produções acadêmicas recente sobre alfabetização e letramento no Brasil, especialmente no período de 2015 a 2023. Os estudos abordam diferentes enfoques teóricos e metodológicos, como análises documentais, ensaios teóricos, estudos de campo e relatos de experiência, refletindo a diversidade de olhares sobre o tema. Observa-se uma forte presença da perspectiva freireana e dos estudos socioculturais, que evidenciam a alfabetização como prática social e crítica, assim como a

valorização dos multiletramentos e das práticas pedagógicas que respeitam a infância. A maior parte das publicações está veiculada em periódicos especializados da área da educação, o que confere legitimidade e atualização ao levantamento.

Além disso, os objetivos dos estudos variam desde análises de políticas públicas (como o PNAIC e a BNCC) até investigações mais práticas sobre as metodologias aplicadas em sala de aula e a percepção das crianças em relação às atividades alfabetizadoras. A presença recorrente de autoras como Magda Soares e referências a teóricos como Paulo Freire e Vygotsky reforçam a centralidade de abordagens construtivistas e dialógicas na formação docente e nas práticas pedagógicas. Em síntese, o quadro permite identificar tendências contemporâneas, desafios e contribuições relevantes à formação inicial e continuada de professores, bem como ao desenvolvimento de políticas educacionais coerentes com uma alfabetização que integre criticamente o letramento.

4.1 As Concepções de Alfabetização e Letramento nas Produções Acadêmicas de 2023 a 2025 no Portal de Periódicos da CAPES

As concepções de alfabetização e letramento passaram por transformações significativas nas últimas décadas, acompanhando as mudanças nas práticas pedagógicas e nos referenciais teóricos que orientam o ensino da linguagem escrita. Inicialmente, a alfabetização era compreendida de forma restrita, como a simples aquisição do sistema alfabético, centrada na decodificação de letras e sílabas. Essa visão passou a ser criticada nos anos 1980, especialmente com a introdução do conceito de letramento por Magda Soares, que propôs uma abordagem mais ampla e social da linguagem. Para a autora, alfabetizar não é apenas ensinar o código, mas inserir o sujeito nas práticas sociais de leitura e escrita, em contextos reais de uso, com múltiplas funções e significados (Soares, 2003).

O letramento, portanto, refere-se à participação ativa do sujeito nas práticas sociais que envolvem leitura e escrita, indo além do domínio técnico do código. A alfabetização, nesse contexto, é compreendida como parte de um processo mais amplo e significativo, que considera as experiências, os sentidos e os usos sociais da linguagem escrita. Essa concepção encontra respaldo em abordagens como o construtivismo, a pedagogia histórico-cultural e a perspectiva freiriana, que valorizam a vivência, o diálogo e a mediação no processo de aprendizagem. Nessa lógica, a articulação entre alfabetização e letramento é fundamental para formar leitores críticos, capazes de produzir sentidos e atuar socialmente por meio da linguagem.

As produções acadêmicas publicadas entre 2015 e 2023 no Portal de Periódicos da CAPES evidenciam uma ampliação das reflexões teóricas e práticas sobre alfabetização e letramento, com ênfase no contexto da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Tais estudos apontam para um movimento crescente de superação das abordagens dicotômicas entre essas duas dimensões, defendendo sua integração como caminho para práticas pedagógicas mais coerentes com a complexidade do processo de apropriação da linguagem escrita.

A articulação entre alfabetização e letramento também é enfatizada por Verdam e Avelino (2021), que reconhecem funções distintas em cada um desses processos, mas defendem sua complementaridade no contexto escolar. Para os autores, alfabetizar consiste em ensinar o sistema linguístico como meio de comunicação social, enquanto o letramento está relacionado ao uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. Eles destacam ainda a importância de respeitar o ritmo de aprendizagem das crianças, incentivando-as de forma gradual, em vez de impor-lhes precocemente a obrigação de dominar a leitura e a escrita.

Essa concepção é fortalecida nas análises de Caldeira e Frangella (2023), que examinam criticamente o tratamento conferido ao termo "letramento" em políticas públicas recentes, como a BNCC e a Política Nacional de Alfabetização (PNA). As autoras identificam uma tentativa de desarticular o conceito ao substituí-lo por abordagens tecnicistas centradas em "evidências científicas". Como apontam:

O uso de literacia, tal como é feito na PNA, tenta apagar o conceito de letramento a partir da concepção de 'evidência científica' como fundamento para a alfabetização. Observamos o modo como 'letramento' é articulado nas políticas, por vezes se aproxima e/ou se afasta das contribuições teóricas de Magda Soares, produzindo sentidos diversos, frequentemente em tensão (Caldeira; Frangella, 2023, p. 2).

Fica evidente, que as autoras criticam o modo como a Política Nacional de Alfabetização (PNA) adota o termo "literacia" em substituição ao conceito de "letramento", apontando que essa escolha não é neutra, mas uma tentativa de deslegitimar as contribuições teóricas de Magda Soares. As autoras argumentam que, ao priorizar uma abordagem baseada em "evidências científicas" restritas à decodificação e à técnica, a PNA enfraquece a dimensão social, cultural e crítica do letramento. Além disso, destacam que o uso do termo nas políticas educacionais é ambíguo, oscilando entre aproximações e distanciamentos em relação ao referencial teórico de Soares, o que gera tensões e múltiplos sentidos no campo educacional.

A valorização do letramento e da alfabetização desde a Educação Infantil também é enfatizada por Morais e Silva (2023), com base nas contribuições de Magda Soares. Os autores defendem que crianças pequenas têm o direito de vivenciar práticas significativas de linguagem escrita antes mesmo da alfabetização formal, por meio de experiências lúdicas que articulem reflexão sobre as palavras e exploração criativa da escrita. Essa concepção desafia os currículos normativos ainda presentes em muitas redes de ensino, que limitam ou excluem a linguagem escrita dessa etapa, desconsiderando os saberes prévios, os interesses e as experiências socioculturais das crianças.

Uczak e Faller (2020) evidenciam uma contradição recorrente entre o que é prescrito nos documentos institucionais — como os Projetos Políticos Pedagógicos — e as práticas efetivas em sala de aula. Embora o letramento devesse ocorrer em ambientes interativos e lúdicos, especialmente como continuidade da Educação Infantil, observam-se atividades mecânicas, com pouca valorização das experiências infantis. A ausência de brincadeiras, a limitação dos gêneros textuais e a restrição no uso do espaço escolar resultam em um ensino fragmentado e pouco significativo.

Essa realidade reforça a necessidade de compreender alfabetização e letramento como dimensões interdependentes da linguagem, como argumentam Costa, Godoy e Manhente (2017). A partir de uma perspectiva histórico-cultural, os autores destacam que esses processos são mediados pela tríade dialógica: oralidade, leitura e escrita, e que seu desenvolvimento ocorre em constante articulação com o contexto social e cultural dos sujeitos.

A abordagem crítica defendida por Macedo, Almeida e Dezotti (2020) propõe uma articulação entre os Novos Estudos do Letramento e a pedagogia freiriana, sustentando que o ensino da linguagem escrita deve transcender os limites técnicos e promover práticas dialógicas e emancipatórias. Os autores argumentam que transformar as práticas de alfabetização exige romper com modelos centrados apenas na transmissão do código, adotando uma pedagogia fundamentada na escuta, na pergunta e na leitura crítica do mundo: “Essa mudança envolve também o reconhecimento da alfabetização como um ato político, no qual o sujeito se constitui e transforma a realidade por meio da leitura crítica do mundo” (Macedo, Almeida e Dezotti, 2020, p. 1).

Ao destacar a alfabetização como ato político, os autores reforçam a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a realidade social dos educandos, capazes de formar sujeitos críticos e historicamente situados.

As produções acadêmicas analisadas revelam uma convergência em torno de referenciais teóricos que compreendem a alfabetização e o letramento como processos sociais,

históricos e culturais. Entre os autores mais recorrentes destacam-se Magda Soares, Paulo Freire, Emilia Ferreiro, Ana Teberosky, Lev Vygotsky e os representantes dos Novos Estudos do Letramento. A presença dessas abordagens evidencia o esforço das pesquisas em ancorar as práticas pedagógicas numa perspectiva crítica, interacionista e sociocultural, capaz de articular teoria e prática no enfrentamento dos desafios educacionais contemporâneos.

A perspectiva histórico-cultural ocupa lugar central nas produções analisadas, especialmente na obra de Costa, Godoy e Manhente (2017), que articulam os fundamentos de Vygotsky e Bakhtin para compreender os processos de alfabetização e letramento. Analisando práticas pedagógicas no CEPAE/UFG, os autores defendem que esses processos são multifacetados e indissociáveis, mediados pela linguagem e pela interação social, “[...] enfatizando [...] a concepção de linguagem bakhtiniana, em interface aos conceitos vigotskianos e de seus seguidores [...] reconhece a historicidade e a complexidade das práticas sociais de linguagem” (Costa, Godoy e Manhente, 2017, p. 553).

Ao destacarem a tríade oralidade, leitura e escrita como dimensões dialógicas e integradas, os autores apontam para a necessidade de uma pedagogia que ultrapasse a técnica e considere o contexto histórico, social e cultural dos sujeitos.

As contribuições de Magda Soares permanecem como eixo estruturante das discussões sobre alfabetização e letramento nas produções recentes, especialmente ao defender que esses processos devem ocorrer de forma simultânea desde a Educação Infantil, com respeito às vivências e saberes prévios das crianças (Morais e Silva, 2023). Essa perspectiva dialoga com os aportes freirianos, retomados por Macedo, Almeida e Dezotti (2020), que articulam a pedagogia do diálogo com os Novos Estudos do Letramento, propondo uma abordagem emancipatória e crítica da linguagem escrita. Juntos, esses referenciais fortalecem a ideia de uma alfabetização concebida como prática social e ato político, comprometida com a leitura crítica do mundo e com a transformação da realidade vivida pelos educandos.

A concepção dialógica e crítica da alfabetização também encontra eco na perspectiva construtivista de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, cuja influência continua presente nas discussões contemporâneas. Uczak e Faller (2020), ao analisarem o uso do espaço escolar nas práticas de letramento, recorrem a essas autoras para destacar a centralidade das vivências infantis e do protagonismo das crianças no processo de apropriação da escrita. Contudo, os autores identificam um descompasso entre o que é previsto nos documentos institucionais e o que se realiza nas práticas pedagógicas, marcadas por atividades repetitivas e fragmentadas, com pouca ênfase na ludicidade e na diversidade textual, em que afirmam que “a repetição toma

o lugar das brincadeiras, a diversidade de textos perde espaço para fragmentação de palavras” (Uczak e Faller, 2020, p. 638).

Nesse sentido, os autores evidenciam um descompasso entre as intenções pedagógicas registradas nos documentos institucionais e as práticas efetivas em sala de aula. Embora o letramento deva ocorrer em ambientes ricos em interação, continuidade das vivências da Educação Infantil e com diversidade textual, observa-se que essas práticas são frequentemente negligenciadas. Em seu lugar, predominam atividades repetitivas, centradas na fragmentação da linguagem, com pouca valorização da ludicidade e da construção significativa do conhecimento. Essa limitação nas práticas escolares reforça a importância de abordagens que compreendam o letramento em sua dimensão social e contextualizada.

Os Novos Estudos do Letramento (NEL), desenvolvidos por autores como Brian Street e Mary Hamilton, fundamentam uma compreensão do letramento como prática social plural, situada e historicamente construída. Essa abordagem rompe com a visão técnica e homogênea da linguagem escrita, defendendo que os letramentos variam de acordo com os contextos culturais, mídias e relações sociais. Nesse sentido, Macedo, Almeida e Dezotti (2020) argumentam que é papel da escola reconhecer e dialogar com os letramentos que circulam nas comunidades, ressignificando o ensino da linguagem e ampliando seu potencial emancipatório.

Bandeira, Fronza e Luiz (2023), ampliam o debate ao introduzirem a noção de multiletramentos, enfatizando a necessidade de incorporar múltiplas linguagens — verbal, visual, digital — aos processos de ensino. Para os autores, a aprendizagem deve estar conectada às práticas sociais das crianças, fazendo sentido em seus contextos cotidianos. Isso implica reconhecer o papel do professor como mediador ativo, capaz de contextualizar temas, mobilizar diferentes linguagens e promover experiências significativas que respeitem os modos de ser e interagir dos alunos.

Essa abordagem contribui para o fortalecimento de práticas pedagógicas interacionistas, críticas e socioculturais, que se contrapõem às propostas tecnicistas e normativas ainda presentes nas políticas públicas de alfabetização. A incorporação dos multiletramentos como eixo das discussões recentes indica uma ampliação do conceito de letramento: a linguagem escrita, no mundo contemporâneo, passa a ser compreendida como prática social heterogênea e multimodal, integrando múltiplas formas de significação, mídias e contextos culturais.

4.2 As principais abordagens teóricas, metodologias de alfabetização e tendências sobre o processo de Alfabetização e Letramento presentes nas produções analisadas

As abordagens teóricas que fundamentam os estudos sobre alfabetização e letramento refletem diferentes compreensões acerca da linguagem escrita e seu papel na formação dos sujeitos. A abordagem tradicional, de base mecanicista, prioriza a memorização e a decodificação do sistema alfabético. Em oposição, o construtivismo, influenciado por Piaget e pelas pesquisas de Ferreiro e Teberosky, considera a alfabetização como um processo ativo de construção de hipóteses pelas crianças sobre o funcionamento da linguagem escrita. A perspectiva histórico-cultural, baseada em Vygotsky, amplia essa concepção ao compreender a aprendizagem como processo socialmente mediado, no qual a linguagem tem papel fundamental no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Destaca-se ainda a contribuição de Paulo Freire, que propõe uma alfabetização crítica, dialógica e emancipadora, comprometida com o contexto de vida do educando.

As produções acadêmicas analisadas, publicadas entre 2015 e 2023, evidenciam a consolidação dessas abordagens mais críticas e sociais, que compreendem a alfabetização e o letramento como processos históricos, culturais e políticos. Essa perspectiva rompe com visões técnicas e individualistas, valorizando a mediação pedagógica, a interação social e o protagonismo da criança. Menarbin e Tavares (2020) afirmam que tal compreensão exige uma abordagem dialógica, em que leitura e escrita são práticas sociais contextualizadas, e não meramente mecânicas ou isoladas. Nesse sentido, as contribuições freireanas continuam sendo referenciais centrais:

Embora alfabetização e letramento nutram suas especificidades, ambos são complementares e indissociáveis. Conclui-se que o professor precisa alfabetizar-letrando seus educandos, para que se apropriem das competências leitoras que serão levadas por toda a sua vida nos mais diversos contextos sociais. Para isso, é preciso considerar seus saberes prévios, utilizando palavras geradoras que estão vinculadas ao seu cotidiano para orientar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais crítico, contextualizado e emancipador (Bianchi; Morais, 2021, p. 2).

A abordagem freireana, portanto, compreende a alfabetização como prática de liberdade, fundamentada na leitura do mundo antes da leitura da palavra. Essa concepção é reforçada por Camargo e Serzoski (2023), que analisaram as percepções de crianças sobre as práticas de alfabetização na Educação Infantil. As autoras concluíram que os métodos lúdicos e contextualizados são mais eficazes para o desenvolvimento do letramento, uma vez que:

As atividades construtivistas, pautadas na ludicidade, como jogos e brincadeiras, são indicadas pelas crianças e se tornam eficientes para inseri-las no mundo letrado, pois respeitam as lógicas infantis, valorizam a participação da criança e de suas diferentes formas de expressão e comunicação (Camargo; Serzoski, 2023, p. 2).

Essa valorização do lúdico se articula à perspectiva construtivista e aos múltiplos letramentos, defendendo que as práticas de alfabetização devem respeitar as hipóteses das crianças sobre a escrita, promover sua participação ativa e considerar suas múltiplas formas de expressão — verbais, corporais e simbólicas. Assim, a alfabetização deixa de ser vista como mera técnica e passa a ser entendida como um processo significativo e prazeroso, que respeita o modo como as crianças compreendem e interagem com o mundo.

Nesse contexto, é relevante destacar que práticas de letramento na Educação Infantil ocorrem muitas vezes de forma pouco documentada ou mesmo sem o devido reconhecimento, apesar de constituírem experiências ricas e significativas de aproximação das crianças com a cultura escrita. Silva e Guedes-Pinto (2022, p. 15) observam que “as falas das professoras dão visibilidade a diversas propostas de trabalho pedagógico destacando-se nos relatos uma perspectiva lúdica presente no ensino da língua escrita”, o que evidencia a importância de valorizar os saberes docentes construídos no cotidiano escolar.

Nesse cenário, torna-se fundamental destacar o papel do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem. A formação docente crítica e reflexiva é um aspecto central nas pesquisas analisadas. Araujo, Arapiraca e Muniz (2015) argumentam que:

A prática é então vista como espaço de criação e reflexão em que os conhecimentos, de naturezas diversas, são constantemente gerados, modificados e mobilizados. E é vista também como uma prática complexa que envolve saberes diversos, que articulam teoria e prática, saber e saber-fazer (Araujo; Arapiraca; Muniz, 2015, p. 182).

As tendências contemporâneas também evidenciam o avanço da abordagem dos múltiplos letramentos, que considera a diversidade de linguagens, mídias e culturas nas quais os sujeitos estão inseridos. Persicheto e Argenti (2023) ressaltam que:

As discussões sobre o ensino da leitura e da escrita no contexto da Educação Infantil revelam posicionamentos distintos, indicando práticas diversificadas que variam de acordo com as concepções teóricas que fundamentam o trabalho pedagógico nessa fase escolar (Persicheto; Argenti, 2023, p. 3).

Dessa forma, as autoras evidenciam a pluralidade de abordagens existentes no ensino da leitura e da escrita na Educação Infantil, refletindo a diversidade de concepções teóricas que sustentam as práticas pedagógicas nesse segmento. Segundo as autoras, há diferentes modos de compreender e implementar a alfabetização e o letramento nessa etapa, o que resulta em estratégias pedagógicas que vão desde intervenções mais diretivas até propostas que valorizam as ações espontâneas e o protagonismo infantil. Essa variação aponta para a importância de

refletir criticamente sobre os fundamentos que orientam o trabalho docente, a fim de garantir práticas coerentes com os direitos das crianças e com as especificidades do seu desenvolvimento.

Essa diversidade de perspectivas sugere que não há um único caminho metodológico eficaz para alfabetizar e letrar, mas sim a necessidade de práticas pedagógicas que integrem o conhecimento prévio das crianças, respeitem seu tempo e contexto e valorizem a mediação crítica do professor.

Nessa direção, tem-se observado uma valorização crescente das metodologias que consideram a criança como sujeito ativo da aprendizagem, cujas hipóteses sobre a escrita devem ser respeitadas e exploradas no processo educativo. A perspectiva construtivista, por exemplo, tem se destacado por compreender a alfabetização como um percurso que se inicia antes mesmo da escolarização formal, com as crianças elaborando compreensões próprias sobre a linguagem escrita, as quais precisam ser consideradas no planejamento pedagógico.

Martins (2015) aponta que práticas escolares baseadas apenas na decodificação do código alfabético desconsideram a complexidade do processo de alfabetização, muitas vezes desvalorizando os saberes prévios dos alunos e resultando em práticas fragmentadas e descontextualizadas. Por outro lado, propostas metodológicas que articulam leitura, escrita e oralidade em contextos significativos, como aquelas inspiradas na perspectiva histórico-cultural, promovem um ambiente mais favorável à aprendizagem, ao reconhecerem a linguagem como instrumento de mediação nas relações sociais e cognitivas.

Contudo, apesar dos avanços no campo teórico e das experiências exitosas relatadas nas práticas pedagógicas, o cenário das políticas públicas educacionais ainda revela contradições e lacunas. Como alertam Pertuzatti e Dickmann (2019, p. 779), “não existe uma afinidade entre os documentos que normatizam a educação brasileira, quando o assunto é alfabetização e letramento”, o que dificulta a consolidação de uma proposta nacional coesa e compromissada com os princípios de uma educação crítica, emancipadora e inclusiva.

Assim, abordagens teóricas predominantes nas produções analisadas, notadamente a perspectiva freireana, a construtivista e a dos múltiplos letramentos, convergem na defesa de uma alfabetização que transcenda o domínio técnico da leitura e da escrita. As metodologias mais potentes são aquelas que reconhecem os contextos reais das crianças, respeitam sua cultura e promovem práticas significativas, críticas e emancipatórias. O professor, nesse cenário, é agente transformador e mediador, e sua formação precisa ser contínua, reflexiva e comprometida com uma educação democrática, inclusiva e contextualizada.

4.3 As contribuições, lacunas e perspectivas futuras indicadas pelas pesquisas sobre alfabetização e letramento

As pesquisas recentes sobre alfabetização e letramento no Brasil têm evidenciado importantes avanços teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que revelam lacunas persistentes nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas educacionais. A produção acadêmica analisada sinaliza também caminhos promissores para o enfrentamento dos desafios que permeiam a alfabetização nos Anos Iniciais da escolarização, sobretudo a partir da articulação entre diferentes perspectivas teóricas e o compromisso com uma educação emancipadora.

No que tange às contribuições, destaca-se a consolidação do conceito de letramento como prática social, particularmente a partir das formulações de Magda Soares. A autora defende que a alfabetização deve ocorrer de forma integrada ao letramento, ou seja, como um processo indissociável entre o domínio do código linguístico e a inserção significativa nas práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 2014). Essa abordagem tem influenciado diretamente a elaboração de políticas públicas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o Programa Pró-Letramento (2005) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2013), os quais incorporaram o letramento como eixo formativo essencial (Caldeira; Frangella, 2023).

Paralelamente, as contribuições de Paulo Freire seguem sendo fundamentais na constituição de uma alfabetização crítica, pautada no diálogo, na problematização e na valorização dos saberes e contextos dos educandos. A pedagogia da pergunta, proposta pelo autor, articula-se aos Novos Estudos do Letramento ao propor que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, fundamentando práticas educativas que priorizam a consciência crítica e a participação ativa dos sujeitos (Macedo; Almeida; Dezotti, 2020).

Apesar dos avanços teóricos sobre a integração entre alfabetização e letramento, as produções acadêmicas analisadas revelam lacunas significativas no que tange à efetiva articulação entre currículo, prática pedagógica e contexto sociocultural dos alunos. Nas produções analisadas, é evidente a crítica à persistência de currículos padronizados, descolados da realidade concreta das crianças, bem como de práticas pedagógicas fragmentadas, que não respeitam a multiplicidade de saberes e experiências dos sujeitos em processo de alfabetização.

Na pesquisa de Martins (2015), por exemplo, observa-se que, embora haja liberdade metodológica dos professores, o currículo adotado nas escolas investigadas não contempla as

especificidades dos alunos nem favorece práticas integradoras e contextualizadas. As observações realizadas evidenciaram a limitação de propostas pedagógicas que ignoram os saberes prévios das crianças e não se articulam de modo coerente com os princípios formativos anunciados nas diretrizes curriculares:

O currículo não atende às especificidades dos alunos; e o processo de alfabetização e letramento não valoriza os conhecimentos prévios dos alunos, e os saberes adquiridos na Universidade, não se concretizam em ações continuadas para aprendizagem das crianças (Martins, 2015, p. 66).

Essa constatação também é confirmada por Persicheto e Argenti (2023), que analisam criticamente o percurso legal da Educação Infantil e as práticas pedagógicas nela adotadas, apontando que há, ainda hoje, uma forte tensão entre concepções teóricas mais amplas de alfabetização e os modelos curriculares restritivos. As autoras ressaltam que muitas práticas pedagógicas seguem formatos tradicionalistas, marcadas por repetição e ênfase exclusiva na decodificação, o que compromete a vivência do letramento como prática social significativa.

Menarbin e Tavares (2020), reforçam esse cenário ao problematizarem a ausência de coerência entre o que se propõe nas políticas públicas, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), e o que efetivamente se realiza nas escolas. Segundo os autores, o desafio não reside apenas na formulação de diretrizes, mas na sua operacionalização no cotidiano escolar, o que demanda formação continuada e planejamento coletivo (Menarbin; Tavares, 2020).

De forma semelhante, Firmino, Carvalho e Borges (2023) analisam criticamente os limites do PNAIC, destacando que, embora o discurso oficial valorize o letramento, as práticas induzidas pelo programa permanecem tecnicistas e padronizadas, limitando a autonomia docente e reduzindo a alfabetização a metas de desempenho mensurável.

A fragmentação das práticas também se expressa na forma como se concebe a alfabetização apenas como domínio técnico do código escrito, sem vinculação com a experiência social das crianças. Nesse sentido, as autoras Camargo e Serzoski (2023) destacam que a escuta das crianças revela preferências por atividades lúdicas, contextualizadas e criativas, em contraposição aos métodos tradicionais, mecânicos e descontextualizados aplicados frequentemente nas turmas de pré-escola.

Uma lacuna importante identificada nas pesquisas refere-se à escassez de abordagens pedagógicas que contemplem a diversidade linguística e cultural dos estudantes brasileiros. Em contextos educacionais marcados por desigualdades regionais, étnicas e sociais, torna-se urgente considerar as práticas de letramento como fenômenos socioculturais. Isso implica

reconhecer que o processo de alfabetização não se resume à decodificação da escrita, mas envolve a inserção da criança nas práticas sociais da linguagem, respeitando suas formas de pertencimento e identidade. Como destacam Bandeira, Fronza e Luiz (2023), o letramento deve fazer sentido para a criança e estar ancorado em sua vivência cotidiana, uma vez que “cada indivíduo é visto dentro de um grupo social, e, por isso, as práticas que fazem parte de seu cotidiano devem ser consideradas” (p. 8759). Assim, alfabetizar letrando é também um compromisso com a inclusão e com a valorização das múltiplas vozes que compõem o universo escolar.

Tais limitações revelam uma dissonância entre o que se propõe teoricamente e o que se realiza nas escolas, resultando em práticas que pouco dialogam com a realidade dos sujeitos e com os desafios da contemporaneidade.

Diante dessas constatações, as pesquisas analisadas também propõem caminhos que apontam para uma alfabetização mais significativa, democrática e contextualizada, pautada na escuta ativa das crianças, na valorização da ludicidade e na formação crítica dos docentes. Estudos como os de Camargo e Serzoski (2023) indicam que um dos caminhos promissores consiste em escutar as crianças e reconhecer suas formas de participação e expressão no processo de aprendizagem da linguagem escrita, reforçando a centralidade da ludicidade, da experiência e do protagonismo infantil.

Outro aspecto relevante para o avanço das práticas de alfabetização é a valorização da formação docente crítica e continuada. Araujo, Arapiraca e Muniz (2015) apontam que a prática pedagógica precisa ser concebida como um espaço de produção de saberes em constante transformação, o que exige que o professor atue como sujeito reflexivo e criador, capaz de articular teoria e prática em sua atuação cotidiana. Essa compreensão se mostra fundamental para enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades educacionais e pela diversidade presente nas salas de aula, exigindo metodologias mais sensíveis às dificuldades e singularidades dos educandos.

Além disso, as projeções para a alfabetização e o letramento no cenário educacional brasileiro também incluem o fortalecimento das práticas interativas e dialógicas na Educação Infantil. Persicheto e Argenti (2023) evidenciam a necessidade de uma abordagem pedagógica que concilie a sistematização dos conhecimentos com a escuta e o respeito aos modos de ser e aprender das crianças pequenas, reconhecendo que o processo de inserção no mundo letrado deve começar de forma significativa, desde os primeiros anos de vida escolar. Tais práticas também demandam políticas públicas que assegurem tempo, espaço e condições adequadas para o desenvolvimento de propostas pedagógicas coerentes com essas concepções.

Outro indicador é quanto a importância de ampliar a noção de letramento para além da escola, incorporando as múltiplas práticas de linguagem que permeiam o cotidiano dos alunos, como propõem os Novos Estudos do Letramento. Nesse sentido, Macedo, Almeida e Dezotti (2020) argumentam que as futuras propostas educacionais devem considerar as múltiplas formas de leitura e escrita que circulam nas comunidades e nos meios digitais, promovendo uma alfabetização conectada com as demandas do mundo contemporâneo e com os direitos linguísticos dos sujeitos.

Nesse sentido, as tecnologias digitais tem papel fundamental no processo de alfabetização e letramento e merece maior atenção nas discussões sobre o tema, pois o avanço dos meios de comunicação e a ampliação do acesso às redes sociais, aplicativos e jogos digitais vêm transformando as práticas de leitura e escrita, exigindo que a escola repense suas metodologias. Conforme Verdam e Avelino (2021), a presença de vídeos, programas educativos, softwares e plataformas digitais “transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino e aprendizagem, onde, anteriormente, predominava a lousa, o giz, o livro e a voz do professor” (p. 79). Nessa direção, os multiletramentos ganham centralidade, conforme apontam também Bandeira, Fronza e Luiz (2023), ao observarem que a alfabetização precisa acompanhar a complexidade do mundo contemporâneo, integrando diferentes signos, linguagens e contextos midiáticos à prática pedagógica. Inserir tais elementos na alfabetização contribui para formar sujeitos críticos, criativos e socialmente engajados.

As produções acadêmicas analisadas demonstram que a alfabetização e o letramento devem ser compreendidos como práticas socioculturais e políticas, enraizadas nas experiências das crianças e nas dinâmicas escolares. Superar abordagens tradicionais, promover a escuta ativa, integrar múltiplas linguagens e investir na formação crítica dos docentes são caminhos apontados pelas pesquisas para a construção de uma alfabetização significativa e emancipadora. Consolidar tais práticas exige um compromisso coletivo entre docentes, gestores e formuladores de políticas, articulando teoria, prática e diversidade. Com isso, será possível fortalecer uma educação que respeita os sujeitos e transforma realidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções acadêmicas analisadas no período de 2015 a 2023 evidenciam um movimento teórico e prático que busca superar a dicotomia entre alfabetização e letramento, propondo uma concepção integrada e crítica desses processos. A alfabetização, historicamente compreendida como a mera aquisição do código alfabético, é ressignificada quando articulada ao letramento, entendido como inserção funcional e significativa nas práticas sociais de leitura e escrita.

Com base nas contribuições de Magda Soares, uma das principais referenciais da área, alfabetização e letramento são compreendidos como processos indissociáveis, nos quais o domínio da escrita deve ocorrer paralelamente à participação ativa nas práticas sociais letradas. Nessa abordagem, o foco desloca-se da técnica isolada para o uso contextualizado da linguagem com sentido social.

As produções analisadas também dialogam com as abordagens construtivista, histórico-cultural e freiriana. O construtivismo, especialmente pelas ideias de Ferreiro e Teberosky, destaca o protagonismo infantil e a construção ativa do conhecimento. A perspectiva histórico-cultural, fundamentada em Vygotsky, valoriza a mediação social e a linguagem como ferramentas do desenvolvimento humano. Já a pedagogia freiriana propõe uma alfabetização crítica, dialógica e libertadora, pautada na valorização dos saberes prévios e no contexto de vida dos educandos.

Emergem ainda, com destaque, os conceitos de multiletramentos e alfabetização digital, que ampliam o entendimento tradicional do letramento para incluir linguagens verbais, visuais e digitais, reconhecendo a diversidade cultural dos sujeitos e as exigências do mundo contemporâneo. Isso implica práticas pedagógicas que vão além da decodificação, incluindo múltiplas formas de significação.

As críticas às políticas públicas recentes, como à Política Nacional de Alfabetização (PNA), também são recorrentes. Pesquisadoras como Caldeira e Frangella (2023) argumentam que a substituição do conceito de letramento por “literacia”, pautada em “evidências científicas” de viés tecnicista, deslegitima os avanços teóricos construídos ao longo das últimas décadas, especialmente aqueles propostos por Magda Soares.

Outro ponto relevante é a defesa de práticas de alfabetização e letramento desde a Educação Infantil, com metodologias lúdicas, significativas e respeitadas em relação aos saberes prévios das crianças. Evidenciam-se, nos artigos, os impactos negativos de práticas

pedagógicas mecânicas, descontextualizadas e centradas exclusivamente na memorização e decodificação.

Entre os principais referenciais teóricos identificados nas produções, destacam-se: Paulo Freire, Emilia Ferreiro, Ana Teberosky, Lev Vygotsky e os Novos Estudos do Letramento. A perspectiva freireana concebe a alfabetização como prática social e política, centrada no diálogo e na valorização do contexto do educando. Já a abordagem construtivista reconhece a criança como sujeito ativo na construção da escrita, e a visão vygotskiana reforça o papel da linguagem como mediadora do desenvolvimento. Tais fundamentos sustentam práticas pedagógicas mais eficazes, integradas e humanas.

No plano metodológico, as pesquisas analisadas indicam a importância de práticas que integrem leitura, escrita e oralidade em contextos reais de comunicação, valorizando a ludicidade e a diversidade linguística e cultural. A abordagem dos multiletramentos se mostra especialmente pertinente frente às transformações tecnológicas e sociais da contemporaneidade.

Também se observa uma crítica recorrente às práticas tradicionais e currículos padronizados que desconsideram as singularidades dos alunos e as complexidades do processo de alfabetização. Em contraponto, destacam-se propostas que integram alfabetização e letramento desde os primeiros anos escolares, promovendo o desenvolvimento integral por meio de experiências significativas de linguagem.

As contribuições das produções analisadas fortalecem a compreensão da alfabetização e do letramento como processos sociais, históricos e culturais. Consolidam, ainda, o conceito de letramento como prática social, ancorado em Magda Soares, e reafirmam a centralidade da alfabetização crítica proposta por Paulo Freire, pautada na leitura de mundo como condição para a leitura da palavra.

Contudo, apesar dos avanços teóricos e metodológicos, permanecem lacunas entre o discurso acadêmico e as práticas pedagógicas nas escolas. Currículos engessados, metodologias fragmentadas e a desconsideração da diversidade cultural e dos saberes dos alunos ainda comprometem a efetividade de uma alfabetização transformadora. Pesquisas como as de Martins (2015) e Persicheto e Argenti (2023) revelam que o protagonismo infantil, a ludicidade e a escuta ativa ainda são insuficientemente valorizadas na prática cotidiana, especialmente na Educação Infantil.

Diante disso, as perspectivas futuras apontadas pelas pesquisas reforçam a urgência de uma educação linguística equitativa, sensível à diversidade e atenta aos múltiplos letramentos que circulam nas diferentes esferas sociais, culturais e digitais. O fortalecimento da formação

docente continuada, crítica e contextualizada é apontado como condição essencial para que o professor seja agente ativo na construção de práticas significativas, inclusivas e transformadoras.

Em síntese, os estudos analisados reafirmam que alfabetizar vai muito além de ensinar a ler e escrever. Trata-se de inserir os sujeitos nas práticas sociais da linguagem, formando leitores e escritores críticos, autônomos e capazes de transformar a realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

ALMEIDA, C. B. de et al. Revisão integrativa: da realização da pesquisa ao desenho da publicação acadêmica. **Cenas Educacionais**, Caetité, v. 7, n. e20891, p. 1–30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13863172>. Acesso em: 20 jun. 2025

ANJOS, A. M. T. dos; RIBEIRO, P. B. Um breve histórico da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos sobre políticas e métodos. **Olhares & Trilhas**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 1–17, 2024. DOI: [10.14393/OT2024v26.n.2.73797](https://doi.org/10.14393/OT2024v26.n.2.73797). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharetuilhas/article/view/73797>. Acesso em: 02 jun. 2025.

BAHIA.BA. Brasil registra menor taxa de analfabetismo desde 2016. Salvador, 2024. Disponível em: <https://bahia.ba/brasil/brasil-registra-menor-taxa-de-analfabetismo-desde-2016/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BANDEIRA, V. S. da S. FRONZA, C. de A. LUIZ, S. Potencialidades de alfabetização e (multi)letramentos: proposições e perspectivas. *As Linguísticas da Alfabetização* v. 20 n. 1 (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2023.e89568>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCHI, M. H. da C.; MORAIS, M. L. de O. Ensinamentos freireanos como orientadores da prática pedagógica na alfabetização e letramento. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 1–15, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i5.9228. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/reed/article/view/9228>. Acesso em: 21 set. 2025.

BNEWS. Número de não alfabetizados na Bahia é o maior do país; saiba detalhes. Salvador, 2024. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/cidades/numero-de-nao-alfabetizados-na-bahia-e-o-maior-do-pais-saiba-detalhes.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CAMARGO, G. B.; SERZOSKI, A. C. C. Alfabetização e letramento na educação infantil: A perspectiva da criança. *Revista Contexto & Educação*, [S. l.], v. 38, n. 120, p. e13234, 2023. DOI: 10.21527/2179-1309.2023.120.13234. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13234>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1999.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o ba-bê-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

CALDEIRA, M. C. da S.; FRANGELLA, R. de C. P. Letramento em políticas curriculares de alfabetização: relações de poder-saber em torno do conceito cunhado por magda soares. *Revista Brasileira de Alfabetização*, [S. l.], n. 20, p. 1–14, 2023. DOI: 10.47249/rba2023748. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/748>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ARAUJO, Li. C. de; ARAPIRACA, M. de A.; MUNIZ, D. M. S. Professora alfabetizadora: um ofício e muitos fazeres. *Perspectiva*, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 179–199, 2015. DOI: 10.5007/2175-795X.2014v33n1p179. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v33n1p179>. Acesso em: 26 abr. 2025

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, S. S. da; GODOY, J. P.; MANHENTE, W. Alfabetização e letramento em uma perspectiva histórico cultural . Obutchénie. *Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 553–575, 2017. DOI: 10.14393/OBv1n3a2017-6. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/40205>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FERREIRO, E. **Pastas, papéis e livros**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1989.

FIRMINO, J. K. P. da S. R.; CARVALHO, E. A. R.; BORGES, M. C.. Letramento na ‘Idade Certa’ eis a questão: olhares sobre o PNAIC no contexto da educação brasileira. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 835–848, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v12n2a2023-64738. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/64738>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAIS, A. G. de; SILVA, A. da. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O LEGADO DE MAGDA SOARES. *Revista Brasileira de Alfabetização*, [S. l.], n. 20, p. 1–16, 2023. DOI: 10.47249/rba2023768. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/768>. Acesso em: 24 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua 2023: Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACEDO, M. do S. A. N.; ALMEIDA, A. C. de; DEZOTTI, M. Alfabetização crítica: contribuições de Paulo Freire e dos novos estudos do letramento *Linhas Críticas*, vol. 26, e29785, Universidade de Brasília, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567257052>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MARCILIO, M. L. **História da infância no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, D. Alfabetização e letramento: métodos e práticas escolares. *Eventos Pedagógicos*, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 66–76, 2015. DOI: 10.30681/rep.v6i4.9728. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9728>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MENARBINI, A.; GOMES, M. T. A alfabetização, o letramento e a docência: reflexões necessárias. *Cadernos de Pós-graduação*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 194–206, 2020. DOI: 10.5585/cpg.v19n2.18423. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/18423>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasil atinge patamar de 56% de crianças alfabetizadas. Brasília, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/brasil-atinge-patamar-de-56-de-criancas-alfabetizadas>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Bahia tem 37% de crianças alfabetizadas. Brasília, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/bahia-tem-37-de-criancas-alfabetizadas>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MONTEIRO, P. B.; SILVA, P. A. G. da. O processo de alfabetização na contemporaneidade: relato de experiência. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2022. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v3i1.7365. Disponível em: <https://revista.ufr.br/repi/article/view/7365>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MORTATTI, M. do R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 05 jun. 2025

PERSICHETO, A. J. O.; ARGENTI, M. C. Diálogos sobre alfabetização e letramento no universo da Educação Infantil. *Dialogia*, [S. l.], n. 43, p. e23895, 2023. DOI: 10.5585/43.2023.23895. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23895>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PERTUZATTI, I.; DICKMANN, I. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 27, n. 105, p. 777–795, out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701479>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SANTOS, S. M. dos; ROCHA, J. G. (Orgs.) **História da alfabetização e suas fontes**. Uberlândia: Edufu, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/edufu-978-85-7078-475-9>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica e pedagogia da libertação**: aproximações e distanciamentos. *Germinal*, v. 13, n. 3, p. 170–176, 2021.

SILVA, M.; GUEDES-PINTO, A. L. Práticas de letramento com crianças pequenas: possibilidades na alfabetização. *Revista Brasileira de Alfabetização*, [S. l.], n. 17, 2022. DOI: 10.47249/rba2022619. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/619>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, P. G. F. da; SANTOS, M. R. B. dos. **Alfabetização e Letramento: conceitos e diferenças**. UEPB, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67925>. Acesso em: 04 jun. 2025

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: caminhos e descaminhos. In: Pátio – Revista Pedagógica, 2016.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, M. **O que é letramento**. In: Letramento: um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2009, p. 15-24.

SOARES, M. Práticas de letramento e implicações para pesquisa e para políticas públicas de alfabetização e letramento. In: LIMA, Elvira; KLEIMAN, Ângela (orgs.). **Letramentos e políticas públicas**. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

SOUSA, A. P. de; SILVA, B. N. S. e; OLIVEIRA, R. P. Conhecendo a importância da alfabetização e letramento nos anos iniciais. **Cadernos da FUCAMP**, v. 16, n. 25, 2017. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1000>. Acesso em: 07 jun. 2025

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D. da C.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZWRcTDWhnKDxPz3gJ3F99JJ/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UCZAK, L. H.; FALLER, K. O. Espaço e letramento nos três primeiros anos do ensino fundamental: a realidade observada. *Práx. Educ., Vitória da Conquista*, v. 16, n. 41, p. 637-658, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217826792020000500637&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 abr. 2025.

VEIGA, C. G. **Educação na Primeira República**. In: História da Educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

VERDAM, L. L.; AVELINO, W. F. Alfabetização e Letramento: no processo de ensino e aprendizagem. *Revista Principia*, [S. l.], v. 1, n. 55, p. 77–85, 2021. DOI: 10.18265/1517-0306a2021id4190. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/4190>. Acesso em: 29 abr. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.